

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2024/2026

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC- BIÊNIO 2024 A 2026. Ao 12º (decimo segundo) dia do mês de Fevereiro do ano de 2025, às 14h, reuniram-se, de forma totalmente virtual, através da plataforma <https://teams.microsoft.com/v2/>.

Presidente: Olá, pessoal, boa tarde a todos. Primeiramente, agradecer a presença de todos neste ato, estou representando o nosso secretário de Cultura, Caio André. Estou aqui como secretário executivo da Secretaria de Cultura, Cândido Jeremias. Ao meu lado esquerdo está o mestre Kaká Bonates, nosso secretário executivo também, e, ao meu lado direito, está o nosso secretário-geral, neste ato sendo representado pelo André Durand, cadeira de Dança. Pedro Cacheado informou e justificou a sua ausência hoje. Agradeço também a presença do formato online, onde estão presentes nossos conselheiros titulares e suplentes. Esta é a 11ª reunião extraordinária. Vamos dar prosseguimento aqui ao roteiro de praxe. Conforme comunicado circular convocatório enviado no grupo virtual do plenário em 10 de fevereiro de 2025 e atingindo o quórum mínimo, declarou aberta a 11ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura-CONEC em virtude dos poderes investidos na lei 5.418 de 17 março de 2021. Assumiu a presidência dessa sessão o senhor **CÂNDIDO JEREMIAS CUMARÚ NETO** e convocou para auxiliar nesta sessão o secretário geral interino **MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA**, conselheiro titular da cadeira de dança. E para compor essa mesa diretora convocou ainda, o secretário executivo e vice-presidente do conselho **LUIZ CARLOS DE MATOS BONATES**. Composta a mesa diretora, solicitou ao secretário geral interino que informasse o quórum de hoje. Passou a palavra ao Secretário-Geral. **André Durand:** Nesse momento, senhor presidente, informo que se encontram presentes, além dos membros da mesa diretora que representa as cadeiras da SEC e da Dança, os seguintes membros do conselho com direito a voto. Elson Silva da Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval; Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da cadeira de Música; Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro; Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança; Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura; Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias; Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM; Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica; Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena; Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo; Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente; Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Educação – SEDUC; Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;

Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM; Ana Lúgia dos Santos Pimentel – Titular em exercício representante da cadeira de Audiovisual; Convidados: Iomar Brandão da Silva; Jady Batista de Castro – Suplente representante da cadeira de Dança; Luiz Carlos de Matos Bonates; Marly Nascimento Nogueira Rodrigues – Suplente representante da cadeira de Folclore e Carnaval; Nivaldo Mota – Suplente representante da cadeira de Circo. Agradecemos a presença nesta sessão. Sejam bem-vindos. Esse é o quórum de membros e participantes, senhor presidente. **Presidente:** Obrigado, secretário-geral. Tendo em vista ser uma sessão extraordinária, abrirei o **EXPEDIENTE** apenas para aprovação de atas. Temos as seguintes atas das sessões extraordinárias para aprovação: 8ª e 9ª Reuniões Extraordinárias. Pergunto: algum titular não recebeu a minuta das atas para análise? Se alguém não recebeu, por favor, manifeste-se. Quem recebeu, tem alguma correção a fazer? Sem correções, coloco em votação. Os que concordam com a aprovação das atas da 8ª e da 9ª Reunião Extraordinária permaneçam como estão. Sem manifestação contrária. Alguma abstenção? Diante do posicionamento da plenária, **considero as atas aprovadas por maioria** e peço que a equipe de apoio faça a publicação no portal do CONEC. Dando continuidade à sessão, ficam suspensas as **PROPOSIÇÕES** para focarmos nas pautas a serem abordadas no dia de hoje. Assim, passo para a **ORDEM DO DIA**. Senhor secretário, o que temos para a Ordem do Dia? **André Durand** Hoje teremos na pauta, senhor presidente, os seguintes temas: 1. Ações em andamento do CONEC; 2. solicitações de estrutura do CONEC; 3. Processo de celeridade das visitas técnicas aos espaços públicos beneficiados pela PNAB; 4. Pedidos de alteração pós-escutas da PNAB nos novos editais de Pontos e Pontões de Cultura, Manutenção de Espaços e Pesquisa; e 5. Denúncias da LPG (Audiovisual) e da PNAB (Circo). **Presidente:** Obrigado, secretário-geral. Vamos iniciar. **1. Ações em andamento do CONEC.** Para que se permita manifestação durante a apresentação, suspendo a moderação por 8 (oito) minutos e concedo a palavra ao secretário-geral, Pedro Cacheado, para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem for se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos. **André Durand:** Senhor presidente, antes de adentrar na pauta, gostaria apenas de fazer uma ressalva e pedir que o senhor solicitasse à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa que fizesse uma atualização na página do Conselho Estadual de Cultura, incluindo o e-mail deste colegiado, para que as pessoas tivessem acesso. Averiguando hoje a página, alguns proponentes não encontraram o e-mail do CONEC para envio de manifestações, encontrando apenas o e-mail do Gabinete no site da Secretaria de Cultura. É justamente sobre a página do Conselho. Agora, vou pedir que seja feita essa intervenção referente a essa pauta. Nosso apoio jurídico é o doutor Sérgio, em parceria com a ASPC, que está aqui. Secretário Kaká, para que a gente possa entender esse contexto, porque, na ausência do secretário-geral Pedro, que me convidou para estar presidindo, não deu tempo de ele me passar essas informações para que pudéssemos conduzir esse ponto. Então, passo

agora a palavra ao doutor Sérgio e, na sequência, à ASPC. **Dr. Sérgio Cruz Dr. Sérgio Cruz:** Tá, presidente, conselheiros, conselheiras e demais membros da mesa. Estamos aqui com duas comissões realmente em trabalho. A primeira é a Comissão Permanente, que está fazendo um trabalho junto a toda a documentação e às normas que existem hoje no CONEC, para atualizá-las, tanto a lei quanto o Regimento Interno, que também está lá. E quanto ao Código de Ética, que não foi aprovado na sessão ordinária e, a pedido dos conselheiros, foi encaminhado para a comissão para ser reanalisado. Além dessa comissão, hoje temos uma outra comissão, que é a Comissão do PEC. A Comissão do PEC já fez a primeira parte, que foi estruturar todo o material que vai compor o PEC. Os principais pontos já foram monitorados, e levantamos os entes que estão vinculados às ações do Plano Estadual de Cultura, que está em formação. Agora estamos passando para o processo de compilar todas as indicações feitas pelos conselheiros junto àquela comissão e já estamos entrando no momento de nos reunirmos com os entes públicos para começar a traçar as ações e os prazos dentro das ações transversais que o Plano Estadual de Cultura vai exigir. Essas são as duas comissões mais ativas. Existem também outras comissões, que são eventuais e podem ser criadas. E aqui deixo registrado, para o novo presidente que vai assumir, que elas serão compostas conforme a necessidade dos conselheiros e do Conselho como um todo. Neste momento, vou passar a palavra à ASPC, aqui representada pela doutora Luciane, que vai explanar sobre os demais pontos. **Luciane Ituassú:** Boa tarde. Meu nome é Luciane Ituassú, faço parte da Assessoria de Políticas Culturais da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Acerca da Pauta 1, Ações em Andamento do CONEC, esta Assessoria vem trazer algumas atualizações para vocês ficarem informados. Para informação do Pleno, nas últimas reuniões foi deliberada, pelo Conselho, a contratação de um instituto para assessoria e suporte técnico especializado. Quanto a esse pedido, a Assessoria informa que nós já demos entrada no Documento de Formalização de Demanda para fazer a alteração no Plano de Contratação Anual do FEC, realizar a previsão orçamentária e, a partir daí, elaborar o Termo de Referência. Inclusive, mandei por e-mail ao Pleno, aliás, pedi ao administrativo que encaminhasse por e-mail ao Pleno uma relação de obrigações que poderiam compor esse Termo de Referência. Até o momento, todos os e-mails respondidos vieram com a concordância da relação que lá se encontra. Ainda, esse e-mail, esse memorando, será juntado ao processo de Documentação de Formalização de Demanda para o setor competente, que é a nossa Assessoria de Planejamento, elaborar o Estudo Técnico Preliminar e, a partir daí o Termo de Referência. Considerando que fazemos uso da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que é a Lei de Licitações e Contratos, após a elaboração desse Termo de Referência, ele voltará para conhecimento de vocês aqui no Pleno, para tomarem ciência das obrigações que lá estão previstas e fazerem a validação desse Termo de Referência, para que possamos prosseguir junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores do Estado do Amazonas e realizar, seja a inexigibilidade, a dispensa ou a modalidade que o estudo indicar. Tudo bem?

Outro ponto de atualização para vocês: chegou para nós, no dia 10 de fevereiro, às 20h28, um memorando solicitando a realização de acompanhamento, a realização de visita técnica junto aos espaços que serão contemplados na reforma que a PNAB vai possibilitar. Sobre isso, a Assessoria também já fez o memorando junto ao Gabinete, que foi encaminhado ao departamento competente, o nosso Departamento de Patrimônio Histórico, onde eles verificarão quais servidores serão designados para fazer esse acompanhamento. Sobre isso, temos uma ressalva. Em contato com a diretora do departamento, foi informado que as datas solicitadas por vocês, dias 13, 14 e 20, não são possíveis para acompanhamento pelo departamento, porque também estamos passando por inspeção e auditoria da Controladoria-Geral do Estado, que está realizando inspeções nos espaços culturais e de manutenção da gestão. Por causa disso, o nosso departamento, o DPH, também acompanha essas vistorias realizadas pela Controladoria. Seguindo a sistemática do que foi encaminhado para nós, vocês deram a opção de três datas, todas em dias da semana: quinta-feira, sexta-feira e a próxima quinta-feira. Seguindo esse raciocínio, teríamos como sugestão as datas 20, 21 e 27 do mês de fevereiro. Aí, hoje, aqui no Pleno, a gente está colocando como sugestão para vocês. Não sei se vocês gostariam de dar alguma devolutiva ainda nesta reunião ou se vocês a trazam de forma administrativa, por meio do corpo administrativo do CONEC. Aí vocês verifiquem. Estou trazendo as nossas atualizações. A gente vai passar por isso lá na frente, tá bom? Esse tópico específico está como pauta da nossa reunião de hoje. Estou trazendo aqui apenas como forma de atualização. Então, quando chegar o momento dessa pauta, a gente entra no mérito das datas para verificar se a gente consegue fechar isso hoje, tá bom? Oi? Não, não. São as visitas técnicas nos três espaços que vocês deliberaram para as reformas, tá bom? Vamos lá. Esse ponto já foi. Na reunião passada eu mencionei, mas, como a gente já estava ali no apagar das luzes e não tinha quórum suficiente, achei prudente trazer novamente esse ponto para deixar registrado em ata, para eu poder, de posse dessa ata, fazer o instrumento devido. Com a deliberação sobre a contratação de um instituto de assessoria e suporte técnico, foi verificada também a desnecessidade de se manter vigentes os dois contratos que foram feitos junto à Parentur e à Vianatur, que tinham por objeto transportes fluviais e terrestres e diárias de hospedagem, correto? Então, eu gostaria apenas da confirmação da autorização desse distrato. Distrato é quando a gente encerra o contrato por um ato. Nesse caso, vai ser um ato unilateral da Administração. E aí, o empenho que já existe neles para 2025 vai ser anulado para integrar esse orçamento, direcionando-o para a contratação pleiteada. Deu para entender? Então, alguém tem alguma objeção? Tem um microfone aqui para o secretário.

André Durand Eu queria registrar a presença do conselheiro de Circo, Wanderley, que está na plataforma online. Após a minha fala, a gente abre a palavra para ele, já que levantou a mãozinha, e aí a gente vai considerar. Doutora Luciane, na sua fala, na reunião passada, era preferível a gente não fazer o distrato e ver a possibilidade de utilizar essa sobra das passagens e da

174 hospedagem. A gente até gostaria também de solicitar uma outra reunião para
175 tratar de como está sendo utilizado esse recurso. Ainda considerando a nossa
176 fala, senhor presidente e senhor vice-presidente, gostaria que ficasse registrado
177 nos autos, porque isso precisa deixar um legado, conselheiro Dudson, que,
178 nessa sugestão das datas que apresentamos dias 13, 14 e 20 e nessa outra
179 proposta dias 20, 21 e 27, esses locais, esses espaços, nos documentem a
180 impossibilidade da visita. Porque nós já vínhamos com essa programação. E,
181 nessa troca de cadeiras, que era o que a gente não esperava, que
182 permanecessem as cadeiras, isso nos remete muito, usando como metáfora,
183 àquela brincadeira das cadeiras, em que só ficava quem conseguia permanecer.
184 Mas nós estamos aqui para dar suporte a quem trabalhou bem. Encerro a minha
185 fala pedindo mais um pouco de informação sua acerca dessa questão do
186 distrato. **Luciane Ituassú:** Vou reverter um pouco a ordem só para esclarecer
187 que o espaço esteja indisponível para realizar a visita. O corpo técnico que foi
188 solicitado, que é um engenheiro e arquiteto, eles já estão com a agenda de
189 inspeções em outros espaços por ordem da Controladoria Geral do Estado. Aí,
190 por causa disso que não consegue observar esse cronograma proposto por
191 vocês. O Memorando como informou, a ASPC recebeu no dia 10, no dia 11, deu
192 encaminhamento e hoje que é dia 12, ele já se encontra no DPH que é o
193 departamento competente. De qualquer maneira, ele vai voltar com essa
194 informação e aí, já vai remeter essa cópia para vocês, sem problema nenhum.
195 Só trouxe de forma prévia, porque já adiantou com ela, até mesmo, como é uma
196 data muito próxima, que seria amanhã, para os conselheiros não se prepararem
197 em vão, já se adiantou para trazer a possibilidade da data ou não sobre o distrato
198 para outro esclarecimento na última reunião, não sabe se os conselheiros
199 conseguem. Já tem acesso a gravação, mas não falou sobre não fazer o distrato.
200 “O que havia mencionado é porque quando a gente trabalha, passa de um
201 exercício para o outro, não é um exercício financeiro da administração, é
202 dependendo do que foi empenhado no exercício anterior, a gente fica com uma
203 figura que a gente chama de restos a pagar. E aí eu tinha mencionado sobre isso
204 que numa sigla que a gente chama de RAP, e aí eu tinha mencionado sobre
205 esse RAP, sobre a possibilidade, porque nós tínhamos uma instrução sobre a
206 possibilidade de uso. Nessa semana nós recebemos outra instrução da
207 Secretaria de Finanças sobre a possibilidade desse uso desse RAP, mas ainda
208 não está fechado. Então eu não vou me adiantar para não convergir, ter uma de
209 convergência ali das informações, mas Eu Acredito que até sexta-feira a SEFAZ
210 já esteja batendo o martelo e eu consigo informar. A partir dessa confirmação do
211 uso do RAP, eu posso direcionar isso para vocês, e a gente pode se reunir para
212 conversar sobre o assunto, tá bom. Mas, de antemão, sendo usado ou não, o
213 que foi acordado e deliberado por vocês é que todo o recurso referente aos 5%
214 seria direcionado para essa contratação. Por isso há essa necessidade de fazer
215 o distrato, porque, enquanto eu não fizer o distrato, o financeiro vai empenhar o
216 orçamento de 2025 e ele ficará vinculado a um contrato que vocês não estarão
217 utilizando. Existe essa possibilidade. Caso a gente verifique que, ao invés de o

218 instituto ficar responsável pela emissão de passagens, hospedagens e essas
219 coisas, nós vamos continuar com o contrato que já está vigente, tudo bem, não
220 precisa fazer o distrato e todas as solicitações poderão ser feitas por lá. E, neste
221 ano, observar aquele prazo mínimo de 15 dias de antecedência, para a gente
222 tentar fazer esse cronograma de forma adequada e não se confundir com
223 algumas situações que ocorreram no ano passado. **André Durand:** Eu gosto é
224 assim. Quero que a senhora me acompanhe nas lanchas. **Luciane Ituassú:** Só
225 solicitar pro chefe, para ele liberar. **André Durand:** Doutora Luciane, senhor
226 presidente, senhor vice-presidente, é interessante também lembrar, eu queria
227 até que a senhora pautasse, porque quando a gente fala de espaço dessas
228 visitas, Presidente Cândido, Secretário Kaká, ficou acordado com o ex-
229 presidente que nós faríamos a visita em Barreirinha ano passado, em dezembro,
230 e essa visita não aconteceu. Nós já estamos em fevereiro e a PNAB já está aí,
231 então a gente precisa fazer essa visita in loco à Casa do Thiago de Mello, como
232 em outros municípios, mas ficou de nós estarmos, os conselheiros, junto com a
233 conselheira Lucimar, lá em Barreirinha, junto com os representantes da
234 Secretaria de Cultura, o quanto antes, para a gente já trazer essa demanda para
235 votar na PNAB 2025. Então, a gente precisa estar em Barreirinha o quanto antes.
236 E os outros municípios, presidente Cândido, que vem sinalizando essa questão
237 como uma orientação de vocês, (inaudível) os municípios. **Inaudível,** fazer um
238 feedback”. Aí eu queria pedir licença à senhora para passar a fala para o
239 Vanderley e depois para o Ludimar, ou a senhora conclui. como a gente faria?
240 **Luciane Ituassú:** Se possível concluir. **André Durand:** Conclusão, doutora.
241 **Luciane Ituassú:** sobre a visita a Barreirinha in loco, é interessante também
242 lembrar que no momento em que vocês solicitaram, falaram sobre a
243 possibilidade dessa visita, ficou acordado que vocês iriam apresentar uma lista
244 de possíveis espaços no interior, porque o recurso da PNAB 2023 ficou voltado
245 para a capital e o recurso da PNAB 2024, conforme a deliberação de vocês
246 naquela época, teria ficado acordado para pleitear as obras de interior. E aí é
247 essa visita, ela não foi organizada porque nós ficamos nesse aguardo até mesmo
248 para gente entender se a gente faria mais de uma visita ao mesmo tempo. Então
249 se vocês puderem retomar essa listagem de possíveis reformas de espaços do
250 interior, acho que para gente fazer já um pacote só, seria interessante. Tá bom?
251 Rapidinho, secretário, só um instantinho” (vozes inaudíveis). **Kaká Bonates (Voz**
252 **inaudível):** Nessa lista, vocês sabem da situação da biblioteca de Humaitá?
253 Nessa lista tem um prédio lá que é quase centenário e está caindo aos pedaços,
254 em Humaitá? **Luciane Ituassú:** O senhor Thiago Hermido, também na
255 Assessoria de Políticas Culturais, traz para a memória, que quando vocês
256 fizerem essa relação dos espaços, lembrar que precisam ser espaços da
257 administração pública, seja ela federal, estadual, municipal, de preferência que
258 seja estadual, pra gente fomentar espaços nossos, para a população, mas que
259 também podem ser espaços que estejam disponíveis para compra, e aí o recurso
260 seria usado para essa compra. Continuando a atualização para poder passar a
261 palavra para os demais conselheiros. Eu estou em débito com vocês quanto ao

relatório das buscas ativas, sou eu que estou confeccionando e eu estava de férias conforme vocês sabiam, acabou que acabei atrasando um pouco essa demanda, mas eu me comprometo que até o final da semana eles já estarão no e-mail de vocês, e acredito que por aqui é a nossa atualização das ações CONEC. **André Durand:** Presencialmente vou abrir a fala para Vossa Senhoria, conselheiro Dudson. Na sequência, abro três falas on-line: Vanderlei, Ludimar e Elson. Gostaria também de registrar a presença da conselheira suplente da cadeira de Folclore e Carnaval, senhora Marli Nogueira, do município de Itacoatiara. Seja bem-vinda, conselheira. Passo a palavra agora, pelo tempo de 2 minutos, ao conselheiro Dudson. Peço que zerem o cronômetro. **Dudson Carvalho:** serei breve, apenas para provocar os conselheiros para o fato de que é preciso que todos encaminhei o pedido para este Conselho dos locais para que seja avaliado. Então eu peço aos conselheiros que tem aí o conhecimento pelo interior do estado trabalhadas que encaminhe para que a gente possa estar quem sabe até com essa sobra fazendo isso de uma vez. Para que otimize essas ações e que consigam fazer agora, essa caminhada e definir quais serão os locais que serão contemplados no interior do estado apenas para que depois não surja outras e outras e outros e reforçando isso que a doutora falou de preferência, o espaço que seja do estado, que é para facilitar o andamento, tendo em vista que tem pouco tempo para isso e é preciso fazer rodar isso para que chegue outra verba e a gente continue dando celeridade ao processo. Obrigado. **André Durand:** Muito obrigado, conselheiro. Vou passar a fala agora para o conselheiro Vanderley. Doutora Luciane, na sua fala sobre esses espaços, na fala do secretário Kaká, a gente já pontuou aqui a questão da biblioteca de Humaitá. Não sei se a senhora lembra, não sei se o Thiago recorda, secretário Cândido, mas existem, em alguns municípios, casas abandonadas por parte da antiga Telemar que estão em situação de abandono. Esses imóveis estão sendo utilizados por dependentes químicos. Alguns artistas já mapearam esses locais. Doutora Anne e doutora Luciane, seria interessante termos uma informação sobre como poderia ser feita essa indicação. Talvez um comodato por dez anos, por exemplo, porque a Telemar não atua mais nesses municípios, mas esses espaços permanecem totalmente abandonados e poderiam funcionar como aglomerados de equipamentos culturais. Vanderley, representante da cadeira de Circo, terá 2 minutos. Na sequência, falarão Ludimar Kokama e, depois, Elson Rocha. **Vanderley Pinheiro:** Gostaria de saber por parte da assessoria da ASPC, qual é o valor desse distrato que vai estar voltando para o fundo. E em relação aos locais no interior, tem também lá em Benjamin Constant o Museu, o primeiro museu indígena vivo que tem lá. Qual é a viabilidade, sendo que ele parece que é um espaço particular lá em Benjamin Constant. **Luciane Ituassú:** O recurso que seria voltado para fazer algum tipo de reforma, ele seria prioritariamente designado para compra, para efetivar a compra. Aí, lembrando que, por exemplo, PNAB 2023 foi um aporte que vai ser de 3000000. Em deliberação, foi acordado que seria contemplado 3 espaços, dependendo do orçamento, se possível de forma igualitária, que é isso que vai ser verificado nas

visitas técnicas. Já para PNAB 2024, quando for fazer, aferir, se por Ventura tiver o mesmo aporte de 3000000, não significa que tenha que trabalhar com 3 espaços, de repente, se esses 3000000 foi designado para a compra e reforma de um espaço, não vê vedação, a lei não impede. **Presidente:** Eu acho que ficou claro aí conselheiro Vanderley? É em relação ao patrimônio particular não é? Que eu acredito que o senhor falou aí. Vamos para o próximo. Quem é o próximo, secretário? **André Durand:** O próximo presidente, será o Ludimar. Teria como a senhora providenciar um passo a passo de informações Thiago, como é que poderia estar esse procedimento, porque como teve na ação nos municípios, espaços, eles foram sendo sinalizado pelos fazedores de cultura, por exemplo, às vezes presidente Kaká e presidente Cândido, existe um terreno de uma pessoa que quer doar para o estado, para fazer um bem cultural, mas ele não sabe os trâmites. Esse terreno poderia ser doado para a construção desse. E aí agora a gente passa pro Ludimar com 2 minutos. **Ludimar Kokama:** Quero justificar aqui minha ausência no presencial por conta de temporal aqui no horário de sair aqui, na zona norte, aqui depois da Barreira. Ele diz que, “quando fala do distrato, esse o recurso que tinha sido empenhado para a questão da hospedagem foi em torno de R\$ 194.000 (cento e noventa e quatro mil reais) e alguma fração. Pelos meus cálculos, ainda tem em caixa 134.907, foram empenhados R\$ 60 mil e pouco (sessenta mil) e poucos, na questão das passagens, foi empenhado R\$ 116.000. (cento e dezesseis mil reais). Então teria para questão de passagem 201. 575 (duzentos e um mil quinhentos e setenta e cinco reais). Esse montante do valor total que foi destinado para a questão de hospedagem e para a compra de passagem, ele foi todo empenhado para essas 2 empresas que ganharam essa cotação? Ou foi repassado mediante a prestação de serviço? **Luciane Ituassú:** Vamos lá. Boa tarde, conselheiro Ludimar. Sobre os contratos, quando a gente realiza, faz, firma algum termo de contrato, gente trabalha com os empenhos de acordo com o cronograma de desembolso do termo de referência e de acordo com o exercício financeiro. Se vocês observarem os contratos, eles foram fechados com vigência de 12 meses, então eles permeiam o exercício de 2024 e o exercício de 2025. O exercício de 2024, ele foi empenhado de acordo com o termo de referência, de acordo com os valores mensais para os meses que foram designados. O restante, ele ficou para ser empenhado no exercício de 2025. Hoje, verificando com o financeiro, que também assessoria o fundo estadual de cultura. Nós identificamos que o empenho já foi realizado de 2025 até o mês de fevereiro. Então, por exemplo, os contratos, eles estão com vigência até outubro, então, 2025, eu tenho empenhado até o mês de fevereiro. Quando eu falo de restos a pagar, eu estou falando de exercícios de 2024, empenho de 2024. Quando eu falo de distrato, estou falando do empenho de 2025, então, ainda que eu tenha empenhado janeiro e fevereiro de 2025, caso a gente faça o distrato, esse empenho vai ser anulado. E esse recurso que já estava empenhado é devolvido para a rubrica orçamentária do fundo, dos 5% da operacionalização. Consegui me fazer Clara conselheiro Ludimar”. **Ludimar Kokama:** sim. **Elson Rocha:**

Conselheiros, nós estamos aí com 2 situações, uma situação que doutora Luciane está deixando muito claro, inclusive, a questão do distrato. Eu acho que é o momento em que a gente vota logo, para não perder mais tempo, vota logo, para depois não ter que votar novamente sobre esse distrato. É do conhecimento de todos os conselheiros aqui, que todo mundo reclamava dos valores que foram aplicados, porque geralmente a ata, ela não faz distinção do município se ele é perto, se ele é longe, da forma que seja. Então, eu vejo assim, que não há interesse do Conselho, pelo menos no que eu vejo os conselheiros reclamando de a gente manter esse contrato, então é desfazer o distrato, esse recurso vai retornar e já tem um contrato que vai ser feito futuramente, que é a questão do instituto. Então, nós não podemos ficar nessa ilusão de achar que o dinheiro está em conta e a gente quer fazer uma nova ação para depois lá na frente, não ter problema. E falar assim: nós só podemos fazer um novo contrato quando fizer o distrato e aí a gente perde mais tempo para fazer distrato. Minha opinião". **André Durand:** Em regime de votação, na fala do conselheiro Elson Rocha o que a doutora Luciane explanou, e aí na fala do Elson, a gente vai pegar para colocar em regime de votação e a gente já avançar. Tudo bem Conselheiro Dudson? o senhor que tem alguma sugestão? **Luciane Ituassú:** Não. Ele, informalmente, me perguntou se era isso mesmo que o conselheiro. **Dudson Cravalho:** Doutora, é apenas um reforço a mais. O companheiro Elson colocou agora aí a questão da celeridade. Na sua opinião, o que que é mais prático e mais rápido para a gente dar continuidade a gente poder estar votando tranquilo, porque a gente analisou uma pauta que pode ser aguardado uma resposta e o conselheiro Elson colocou agora de forma diferente. Então, na sua opinião, o que que é mais fácil de fazer nesse momento? **Luciane Ituassú:** Nesse exato momento, quando ele faz a correlação da contratação do instituto, ele está em fase de se elaborar o estudo técnico para preliminar para, posteriormente, se elaborar, o termo de referência. Até esse momento, até se fazer o termo de referência e vocês validarem esse termo, não há necessidade de correria, vou dizer assim, para o distrato em si, porque qual é a figura do distrato? O que que ele pode implicar na contratação do novo instituto? É porque esse valor, essa reserva orçamentária, ela está bloqueada para esse contrato. Então, em todos os sistemas ele está vinculado aquele contrato. O distrato vai servir de desbloqueio, tirar esse bloqueio orçamentário, vinculado para poder retornar aos 5% cheio e poder bloqueá-lo para uma outra contratação. Esse bloqueio para uma outra contratação, ela é passa a ser importância a partir do momento que o meu financeiro me informar a disponibilidade orçamentária para cobrir o termo de referência a qual será proposto. Então, até a aprovação desse termo, não vejo impedimento dos 2 andarem de forma paralela, mas é como o conselheiro Elson colocou, é uma situação assim, não vai mudar, é a mesma empresa, caso vocês venham utilizá-la, continuar com o contrato, vai ser a mesma empresa para passagem a mesma empresa para hospedagem. Ano passado, algumas experiências não foram tão confortáveis ao ponto de ensejar alguns até cancelamentos de ações, então acho que se vocês já deliberarão sobre isso, já

conversaram sobre isso. O fato de se manter o contrato foi apenas uma opção dada, e aí a critério de vocês, mas o fato também de distratar, o que muda o cenário é que uma vez distratado, administração pública não tem como solicitar a emissão de passagens e nem bloqueio de hospedagem. É só isso. **Presidente:** quem sabe não seria interessante permitir a possibilidade de continuar com contrato até mediante a contratação do novo instituto e aí, vocês não ficam descobertos nesse processo. Caso aconteça alguma urgência, haveria alguma possibilidade de ir pro interior? Vocês não estão descobertos porque a gente não vai ter. No momento em que destratar, não vai ter como voltar atrás. É uma possibilidade só para vocês pensarem juntos e aí, no momento em que for contratar, a gente faz o distrato com a com as empresas, vai liberar o orçamento e aí a gente faz um novo contrato com o instituto. É uma possibilidade. (Inaudível)se quiserem, logo de imediato. **Luciane Ituassú:** A orientação é só a critério de gestão mesmo. **André Durand** diz que “gostaria de sugerir para os conselheiros acatarem a fala do presidente, para não perderem tempo. E como a gente precisa fazer algumas visitas também em alguns outros interior que até a doutora Luciane falou, tem interior que agora terão que começar de cima para baixo, não mais de baixo para cima”. **Lucimar Marques:** minha fala é em “relação ao distrato de passagem e hospedagem, porque isso me atinge até mesmo como conselheira que mora no interior. De repente, eu preciso ir para Manaus e como é que fica a minha hospedagem, a minha passagem? Quem vai pagar isso? Tem que se pensar. Eu sei que é muito importante a contratação desse instituto, e, pelo que eu entendi, isso não implica na contratação do instituto. Então, não pode ser só pensar em ganhar, ganhar e não estar nem aí com os outros. Tem que pensar também que a gente precisa fazer algumas viagens para o interior. Então, por mim, mantém esse contrato, desde que ele não impeça a contratação deste instituto. **André Durand:** Gostaria de propor a mesa com a validação de vocês que na próxima reunião do mês vindouro, com uma parte desse recurso, a gente já possa trazer aí a considera Lucimar para essa reunião aqui conosco, não sendo extraordinária, mas sim ordinária, com a presença dela. Registrou a presença do secretário titular da pasta, **Caio André**, já para compor a mesa e aí agora, vai dando continuidade a pauta. **Dudson Carvalho:** Apenas para esclarecer a proposta que vai estar sendo votada. “O conselheiro Elson estava entrando, não sei se você acompanhou essa última pauta, quando o presidente colocou a questão de se manter o contrato para que a gente possa, se ainda possível, fazer as ações do interior voltadas para o interior. Com relação a visita técnica e se não conseguirmos, aí sim, ao final do processo, fazer o distrato para que esteja encerrando o trabalho com a empresa. É isso secretário? Então, o que vai ser posto em votação a isso ou distratar agora, ou se mantém isso até o final do processo com a empresa para que a gente possa estar dando essa oportunidade de estar visitando os interiores. **Presidente:** Pelo que eu entendi, o instituto, a partir do momento em que ele fizer o contrato conosco, que ele vai ser responsável, caso tenha necessidade de ir para o interior, providenciar as passagens. Correto? Então, se ele vai ser

responsável, eu acho que vocês não precisam. Enfim, eu estou colocando minha opinião. Até peço perdão, mas é para vocês não ficarem descobertos, até em virtude da Lucimar, até o momento do novo contrato. O contrato saiu, aí distrata com esse e não tem necessidade de continuar com 2 contratos. **Dudson Carvalho:** Penso eu, presidente, que no momento, é melhor que a gente corra com essas visitas em cima do que se tem, e, na sequência, Elson, o processo vai estar pronto, já vai estar encerrado a parte financeira lá, e aí a gente toca com o instituto. Até porque não tem como acelerar mais do que já está sendo feito, não é doutora? Então a opção é que a gente faça esse encaminhamento e aí, senhor presidente, eu peço que o senhor veja com carinho um expediente direto para os conselheiros, para que estejam indicando esses locais, para depois de forma tardia, não chegar alguém dizendo, ah mas tem município tal, fulano de tal, até para que a nossa Assessoria possa estar contratando esse serviço e vendo o alcance disso tudo. Então, o conselheiro que tem alguma ideia aí com relação à reformas do interior, que corra com isso para encaminhar, mas tem que ser um pedido oficial para depois ninguém mais está reclamando do processo. Pode ser? Pode se votar dessa maneira, não é? **André Durand:** Doutora Luciane, inclusive o secretário André, só para lhe deixar informado, está havendo uma demanda também aí, secretário Cândido, de Iranduba, por parte dos fazedores de cultura. É um município que não quer trabalhar a questão da PNAB, e aí fica jogando para a questão de Defensoria, de ouvidoria, o que não procede. Lá foi contratada uma empresa com 5% do valor daquele repasse. E aí, eu pedi para que eles formalizassem em um e-mail para os conselheiros, para gente convocar uma reunião com a sociedade civil e que eles, enquanto sociedade civil, nos convocando, eles também convidassem o atual secretário de cultura ou um representante da Câmara para a gente tentar dialogar com eles da melhor forma possível, porque a força de vontade dos fazedores de cultura de Iranduba é a utilização do recurso da PNAB. Mas infelizmente, doutora Luciane, a gente ainda encontra resquícios do governo passado nesses lugares de escuta que dificulta a utilização desses recursos por parte dos fazedores de cultura. E, conversando com o conselheiro Dudson, a gente precisa ter uma prerrogativa também, que a gente possa estar nesses lugares de escuta e aí a gente já teria até um próprio recurso para a gente estar indo em Iranduba ou em qualquer outro município, fazer com que essas ações, Secretário Caio, elas realmente sejam fidelizadas, porque eles têm até junho para executarem, mas tem prefeitos secretário Caio, que preferem devolver do que trabalhar, acham burocrático trabalhar com uma lei que está ali, só é fazer as escutas e colocar para funcionar. Mas aí eles costumam uma amedrontar esses fazedores de cultura para que eles não tenham acesso. **Luciane Ituassú:** Acho bastante oportuno que vocês, como Conselho, façam essa intervenção, mas de uma forma moderada, como já foi bem orientado inúmeras vezes, em virtude das competências que vocês detêm. Mas é sempre importante lembrar, já que o senhor está aqui na figura do presidente, que, ainda que nós sejamos estado, o município, quando deixa de fazer, também prejudica, porque são números. E,

482 aqui no Norte, precisamos cada vez mais brigar pelo estado do Amazonas diante
483 dos outros estados da nossa região. **André Durand:** Em regime de votação após
484 a fala do conselheiro Dudson para o encerramento. **Dudson Carvalho:** E
485 também, para ficar registrado, apenas ressaltar, doutora, que essa mediação
486 que temos feito de forma ponderada já ocorre há muito tempo. Acho que esse
487 plano precisa, sim, ser aprovado, de modo que consigamos reforçar, como
488 Conselho, essas inúmeras consultas do interior do estado. Isso porque, a partir
489 do momento em que o município decide não praticar a lei, ele contribui para a
490 redução dos números, o que prejudica o estado como um todo. Portanto, é
491 necessário que haja um processo de acompanhamento por parte deste
492 Conselho e que possamos aprová-lo no momento adequado. Gostaria de pautar
493 essa questão agora, ao menos em parte, mas precisamos definir uma forma de
494 cobrança. Caso contrário, seremos cobrados enquanto Conselho, e a única
495 coisa que poderemos fazer será dialogar de forma amigável com esse prefeito
496 ou esse município. Acredito que nossa função aqui está sendo prejudicada.
497 Precisamos, de alguma forma, estabelecer um processo legal que nos permita
498 acompanhar os fazedores de cultura, recorrer ao Ministério Público, utilizar a
499 televisão, as rádios. Não sei, gente, sou artista e sei como isso é importante para
500 cada pessoa no interior do estado. Então, como Conselho, devemos começar a
501 pensar de forma diferente. Precisamos fazer política, sim, mas, se for necessário
502 cortar na pele, vamos cortar na carne aquilo que nos prejudica como um todo. É
503 isso que precisamos fazer, mas sempre de forma educada, viu, doutora? De
504 forma educada. **André Durand:** Depois daquela nossa reunião, secretário Caio
505 André, começaram a formigar os municípios em relação à questão daqueles que
506 receberam mais de 360 mil e que são obrigados a ter os pontos e pontões de
507 cultura. Mas não querem. Então, ainda teremos mais discussões sobre esse
508 assunto. **Presidente Caio André:** Primeiramente, boa tarde a todos e a todas
509 aqui presentes. Peço desculpas pelo atraso, pois estava na sede do governo
510 tratando de assuntos com o governador. A respeito da fala do conselheiro
511 Dudson, entendo que é pertinente. Realmente, o Conselho precisa cumprir o
512 papel para o qual foi criado. Precisamos esgotar todos os meios diplomáticos
513 para depois partir para essa outra forma de abordagem, por assim dizer. Coloco-
514 me à disposição para conversar com o prefeito, pois temos afinidade com os
515 secretários, e podemos tentar fazer com que eles compreendam a oportunidade
516 que estão tendo. O fato de o recurso não ser utilizado prejudica a todos, não
517 apenas os fazedores de cultura da cidade de Iranduba, mas todo o estado do
518 Amazonas. E não é isso que queremos. É para isso que vossas excelências
519 estão aqui. Foram escolhidos pela sociedade civil, estão fazendo parte deste
520 conselho, e nós vamos dar o suporte para isso. Já peço que seja registrado em
521 ata para que eu entre em contato com a prefeitura de Iranduba e marque uma
522 audiência com o prefeito. Quero tratar esse assunto pessoalmente. Sobre esse
523 assunto, também peço o acompanhamento de um representante do Conselho.
524 Não precisa ser todo o grupo, basta que um conselheiro me acompanhe para
525 garantir que eles compreendam a importância dessa iniciativa. Até porque, é algo

526 muito novo ainda, tem muitas discussões ainda borbulhando pelo país. Ontem
527 mesmo, na reunião online que tivemos com o Fórum Nacional, foram propostas
528 algumas mudanças. Tudo isso contribui para que essa conquista que foi feita e
529 realizada para os fazedores de cultura do Brasil inteiro, e, principalmente, para
530 nós aqui no Norte, no Amazonas, que quase sempre somos os últimos a sermos
531 visualizados, que nós não percamos. Esse tipo de atitude faz com que nós
532 entremos num retrocesso. Então, coloco-me à disposição para essa visita à
533 cidade de Iranduba. Que bom que é uma cidade próxima que dá para a gente
534 voltar rapidamente. Vou marcar um encontro com o prefeito para que, juntos,
535 consigamos trazer um entendimento para que esse recurso seja bem utilizado.

536 **Thiago Hermido:** Só uma sugestão em relação ao que o próprio secretário
537 colocou aqui e ao que o conselheiro Dudson falou sobre essa abordagem um
538 pouco mais. Acredito que como uma sugestão da Assessoria, vocês em algum
539 tempo atrás, solicitaram uma reunião com o próprio escritório do Ministério da
540 cultura para que fosse realizado esse alinhamento. Seria interessante uma
541 comitiva com o Conselho, com o escritório, que tem atribuições federais e que
542 pode de fato chegar lá e cobrar essa manutenção dos municípios, vocês possam
543 fazer um estudo junto com o escritório para que se monte essa comitiva para
544 esse diálogo com os municípios, Isso porque, querendo ou não, não se trata
545 apenas de discutir a PNAB, existe todo um sistema. O CPF da Cultura, que
546 precisa ser implementado. Mais do que apenas abordar a PNAB, o ideal seria
547 que cada município criasse o seu CPF, para que vocês tenham nos conselheiros
548 de lá também essa manutenção e essa força para que a PNAB consiga ser
549 realizada nos próximos anos. Então, uma sugestão, talvez, junto ao escritório do
550 MinC do estado mais o conselho de cultura criar uma Metodologia de abordagem
551 e de solicitação de eficiência para aplicação desse recurso da PNAB. Então,
552 seria essa sugestão. **André Durand:** Presidente, eu gostaria que o senhor
553 colocasse em regime de votação para a gente aprovar a questão que a doutora
554 Luciane propôs.” **Presidente:** Então ficou decidido que a gente colocaria os 2
555 contratos de pedágio de passagens fluviais e terrestre, a gente manter esse
556 período até um novo contrato com o instituto e a partir desse momento do
557 instituto, a gente cancela, faz o distrato com as 2 empresas, a PARINTOUR e a
558 VIANA TOUR e a partir dali, pegaria esse saldo do contrato, passaria para o
559 instituto. (**Falas inaudíveis**). Exato, se houver, é claro, e aí nesse momento a
560 gente abre para votação. Quem for contra, por favor, se manifeste. Quem é a
561 favor se mantém no mesmo local. **André Durand:** em regime de votação. Os
562 que aprovam, permaneçam como estão. Alguma abstenção? Só uma abstenção.

563 **Aprovado.** A segunda votação é sobre **o Processo de celeridade as visitas**
564 **técnicas de espaços públicos beneficiados pela PNAB.** Então, nós podemos
565 voltar depois. O item 1 e o 3 já foi decidido. Agora, o item 2. Eu gostaria de sugerir
566 para vocês, já que o secretário Pedro não está, a gente tiraria de pauta. E aí,
567 quando ele estivesse, a gente já daria continuidade, já passaria para o quarto e
568 depois voltaria lá para o terceiro. **Presidente Caio André:** Senhores, vamos ao
569 item **4. Pedidos de alteração pós escutas PNAB novos editais de pontos e**

pontões de cultura, manutenção de espaços e pesquisa. Novamente, suspendo a moderação por 20 (vinte) minutos e concedo a voz à Assessoria da ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem for se manifestar poderá fazê-lo por até 2 (dois) minutos. **André Durand:** Gostaria de pedir que o cronômetro fosse ajustado para 20 minutos, doutora Luciane, para as explicações. **Luciane Ituassú:** Vamos lá. Na verdade, eu nem deveria fazer nenhuma explicação hoje. Eu precisaria só ter a resposta do que já foi encaminhado e deliberado por vocês, e nós temos essa resposta conselheiro **André** e conselheiro **Elson**? Vai ficar difícil agora. Vamos lá. Quando eu passei, lembra que vocês fizeram uma extraordinária que nós não podemos, em virtude do conflito de agenda, a gente não pôde participar, mas eu passei um roteiro para vocês deliberarem sobre. Vocês conseguiram deliberar ele na sua totalidade? Vocês se recordam? (**Vozes inaudíveis**). Tá! Eu não recebi, vocês têm esse documento? Vou checar. Tu chegastes a mandar Jennifer alguma devolutiva? **Dudson Carvalho:** Doutora, todos esses itens que estão aqui, eles foram postos na outra reunião que deu aquela discussão bem acalorada, inclusive com relação de tudo. Ficou definido o valor, está tudo definido na ata. eu estou até querendo esclarecer por que que está voltando esse item aqui, é só ler a ata do que ficou encaminhado, se vota e se houver necessidade. **Luciane Ituassú:** Acredito que na figura de secretário, o senhor consiga fazer a leitura e vocês só dão aval. Vou ler a ata inteira, então tá, gente? Está é uma transcrição da décima reunião extraordinária realizada dia 7/02/2025. Vou ler conforme está aqui no documento para mim. Tá bom? *Pedro Cacheado votação dos pedidos da segunda escuta realizada em 29 de janeiro, Palácio da Justiça. 1.1 edital de solicitação de alteração, edital de pontos de cultura, pedidos de inclusão de premiação na cultura viva pontos de cultura. Pontos de atenção: conforme parecer AGU, Para a premiação, será aplicada a retenção de imposto de renda. Público alcançado: Entidade Culturais sem fins lucrativos e coletivos informais. Necessário entender se a premiação terá público específico. Necessário entender qual o valor dentro do montante será direcionado para a premiação. Necessário entender se haverá pontuação extra para coletivos informais já certificados, como pontos de cultura. Aí ele pergunta, se todo mundo entendeu. E passo a palavra para o Elson, o Elson fala: positivo. Pedro Cacheado novamente. Então essa aqui já está aprovada. Após fazer a leitura, questiona: “Gente, não seria mais fácil eu passar pelas pautas e vocês só e passarem a deliberação que vocês realizaram, porque se eu ler na íntegra são várias páginas. Nós iniciamos o trabalho naquele dia, falando sobre o edital com solicitação de alteração, edital, pontos de cultura. Naquele momento, foi deliberado por vocês que seria acrescido um edital, com o nome ainda a ser decidido por vocês para promover premiação de coletivos, certo? E teria como o valor global 420. 000(quatrocentos e vinte mil reais) para premiar 14 contemplações no valor de 30.000 (trinta mil reais) cada. Permanece? Temos alguma alteração relacionada a isso? **Dudson Carvalho:** Tinha o nome do Juarez, não, na verdade, não foi votado nesse dia. Houve a sugestão do Márcio*



614 Souza. Mas isso não ficou definido. É isso que eu estou dizendo. Para não voltar
615 para a pauta de novo, decide agora esse item. Ela anota o nome do edital.
616 **Luciane Ituassú:** Tá! Então a gente deixa em aberto e depois vocês votam. É
617 isso? Ok! (vozes inaudíveis). **Dudson Carvalho:** Doutora, que fica em aberto,
618 mas que se vote agora ao final” **Luciane Ituassú:** Então proponha, conselheiro,
619 eu estou aqui só para executar. Vocês que deliberam. **Dudson Carvalho:** É isso
620 que eu estou dizendo para os conselheiros, ou votam agora a escolha desse
621 nome ou, ao final da leitura da ata, vocês que decidem. Vamos votar? E ela já
622 inclui lá, ela vai só passando, a gente vai votando o que falta votar e acabou, já
623 era, vamos embora. **André Durand:** Em regime de votação. Acredito que seja
624 Márcio Souza, Juarez Lima, Chico Cardoso São os nomes do edital que receberá
625 um desses homenageados. Só os 3, senhor presidente. Em regime de votação.
626 **Presidente Caio André:** Senhores conselheiros, nós temos 3 nomes para a
627 escolha do edital, **Márcio Souza, Juarez Lima e Chico Cardoso.** Aqueles que
628 se manifestarem pelo nome de Márcio Souza, por favor permaneçam como
629 estão. Lembrando que a votação está aberta somente para os conselheiros
630 titulares. **André Durand:** A única suplente que vai ter direito a voto é a
631 conselheira Ana Ligia da cadeira de Audiovisual que está substituindo o titular
632 Pedro Cacheado. Nós temos 4 votos e 1 online. **total 4 votos para Márcio**
633 **Souza. Presidente:** O segundo nome é Juarez Lima. Aqueles que se
634 manifestarem pelo nome de Juarez Lima, por favor permaneçam como estão.
635 Tem 3 votos presenciais, mais 4 votos online. **Total 7 votos para Juarez Lima.**
636 O terceiro nome é do Chico Cardoso. Aqueles que se manifestarem pelo nome
637 de Chico Cardoso, por favor permaneçam como estão. 2 votos presenciais,
638 vamos encerrar a votação. Votação encerrada com mais um voto online. **Total 3**
639 **votos para Chico Cardoso. André Durand:** Senhor presidente, para registro.
640 O primeiro nome obteve 4 votos e ficou como segundo colocado. O segundo
641 nome foi Juarez Lima que ficou como primeiro colocado com 7 votos. E o terceiro
642 colocado foi Chico Cardoso que ficou com 3 votos. A homenagem ficará com o
643 senhor Juarez Lima, o qual, pediria ao ADM que mantivesse contato através de
644 circular para que a gente tivesse autorização da família. Que a gente tivesse uma
645 Mini Bio desse homenageado, para ele ser incluso no edital. **Luciane Ituassú:**
646 Ainda sobre essa deliberação, só para ratificar, haverá pontuação extra para
647 coletivos que já se encontram certificados como pontos de cultura. **André**
648 **Durand:** Conselheiro Elson, eu queria que o senhor ajudasse com a informação,
649 porque a gente conversou bastante. **Elson Rocha:** Na última reunião, nós
650 entramos em acordo que seria a pontuação para quem já está aprovado no
651 Ministério da cultura e só poderia participar do edital o proponente que tivesse
652 pelo menos cadastrado no Cultura viva. Por mais que ele não tenha sido
653 aprovado, ele precisa estar cadastrado. Por que isso? Porque maior parte do
654 governo e da prefeitura, eles estão fazendo como? Eles estão aprovando e
655 mandando para Minc que aprovar, só que aí nós perdemos dados e registro. A
656 partir do momento em que a pessoa é obrigada a se cadastrar, nós já temos
657 dados para o sistema nacional que a gente acaba perdendo. Então, o objetivo é,

que o proponente só pode participar do edital se ele tiver inscrito, ele não precisa estar aprovado. Os aprovados vão receber premiação extra. Pontuação de um ponto, não foi isso? **Anne Paiva:** Hoje, infelizmente, quem me viu ontem viu que eu estava tossindo muito. Acabei tendo febre, então estou trabalhando de casa hoje. Perdão pela minha ausência presencial, mas eu estou acompanhando vocês online. Então, gente, esse já foi um ponto bem debatido com MinC. Infelizmente a gente não consegue fazer restrição de pontos que estejam cadastrados pré-cadastrados, tenham iniciado a sua inscrição, até porque o objetivo do MinC e isso é muito batido nas reuniões. Se vocês forem ver a legislação, vocês vão ver que é nesse sentido também, de justamente ter mais pontos, ter a inclusão de novos pontos. O que eles estão contando é que os estados e os municípios participem para auxiliar a ter mais pontos nessa rede. Então, nós, infelizmente, não podemos fazer restrição de pontos já constituídos. O que a gente pode fazer e foi o que a gente formou para vocês na reunião passada que era ordinária, era que seria possível dar pontuação extra pros já constituídos. Era só isso. Obrigada. **Dudson Carvalho:** Eu vou reforçar a linha de pensamento do Elson que talvez a doutora não tenha entendido na última reunião. O que que acontece? No município, você está se inscrevendo e você não está no sistema nacional. Alguns já estão aprovados, outros, (inaudível). Quando esse resultado sair, eu que sou presidente de uma associação, digamos assim, eu não fui premiado. Então qual o interesse que eu vou ter em ir pro sistema nacional se eu não fui premiado pelo município ou se eu não fui premiado pelo estado? eu entendo o pleito do Elson, porque quando você condiciona isso a estar escrito, não quer dizer que você foi aprovado no nacional, mas tu entrou no mapa da cultura. Então, assim a doutora disse, não pode distinguir eu entendo que a gente não pode distinguir, a gente está incentivando a pessoa entrar, só que aqui, se nós premiarmos 20, 30 pontos vão ter 70 inscritos e esses não vão receber. Então, o que acontece? Possivelmente eu, com meu ponto, não fui premiado, não vou querer fazer parte do mapa, então assim eu existo, mas vou estar ali adormecido. Então, eu acho assim interessante que se faça dessa maneira, a pessoa vai lá, se inscreve, tá lá o documento dele lá, se vai ser aprovado ou não, não sei. Mas o governo federal, que é o que interessa, já sabe que o meu grupo existe, então não é uma questão de distinguir, separar ou criar empecilhos. Pelo contrário, se eu tenho a documentação para dar entrada no estado, qual é a diferença de entrar na plataforma nacional e colocar a minha documentação? Nenhuma, porque a exigência é a mesma, então é só condicionar isso a fazer esse processo, viu? Doutor Anne? Então, eu faço esforço aí com a fala do companheiro Elson, pela importância que tem de você presidente, ter esse mapeamento e ter essa força lá no Ministério de dizer que invés de 100 grupos tu tem 300, 400 grupos organizados de cultura no estado do Amazonas, só isso. **Luciane Ituassú:** Anne quer retomar sua fala? **André Durand:** Eu gostaria de um contrapondo novamente seu, ela vai falar e a gente vai continuar argumentando. **Elson Rocha:** Por que que nós, conselheiros, chegamos nessa opinião? Porque assim,

na sugestão, quando a gente abre o mapas, nós não temos nenhum registro do interior, e nós temos praticamente 100 (sem) cadastro em Manaus, é pouquíssimo, diante do que se faz Cultura dentro do Amazonas e a partir do momento que a gente incentiva as pessoas a cadastrarmos no mapas, nós vamos passar a ter uma realidade maior quando se falar de Amazonas. Hoje nós estamos com Itaquatiara, nenhum ponto cadastrado. Parintins tem 2 pontos cadastrados. Manacapuru tem zero. Iranduba zero, ou seja, a defasagem é muito alta. Existe, como a doutora Anne falou que aqueles pontos que vão ser aprovados, eles automaticamente vão ser aprovados no Ministério da cultura. Só que aí, nós perdemos o cadastro daqueles que não foram aprovados, que esse momento é o momento de incentivar a galera a se cadastrar e a gente ter um registro dentro dos mapas. **André Durand:** Eu gostaria de pedir a oportunidade, já registrei a presença da conselheira Marly e que a senhora leve ao titular da pasta a importância desses pontos e pontões de cultura no município de Itacoatiara. Até mesmo porque lá receberam mais de 360000 (trezentos e sessenta mil reais), quase 2.000.000 (dois milhões de reais) e a gente precisa ver esse recurso sendo fomentado com os fazedores de cultura do município de Itacoatiara. Dando continuidade ao regime de votação. **Thiago Hermido:** Assim, como a gente tinha falado, isso não é opcional. A Anne até botou aqui no grupo que uma vez que entra no edital, se ele for credenciado, ele já vai para o MinC. Como que perderia os dados? **Elson Rocha:** Lá dentro do site do mapas, ele só vai ter os autorizados os aprovados, ou seja, eu passei no estado do Amazonas, eu estou contando lá como aprovado, mas as pessoas que não passaram e a gente não fez com que ele se inscrevesse no edital, nós não vamos ter dados nenhum deles e essa é uma oportunidade de a gente ter a inscrição deles. **Luciane Ituassú:** Mesmo os propósitos que contemplados nos nossos editais se eles atenderem os requisitos mínimos de cadastro no processo de certificação deles, vai ser contínua junto ao Ministério. Mesmo que eles não passem nos nossos editais. (inaudível). Não. Aí a análise é do Ministério da cultura. **André Durand:** A gente vai só é monitorar aqui porque a Anne levantou novamente a mão. A gente precisa entrar num consenso, o que a gente pretende é fazer com que essas pessoas cada vez mais se cadastrem e aí, apareça nesse mapa. Se a gente não incentivar, não vai aparecer ainda mais quando esses editais pedirem de IDH por bairro a Alerte vai mostrar um IDH bem e até no próprio interior, quando forem também mapear por IDH aquelas comunidades que ficam lá na zona rural do outro lado do Rio. Então, a gente precisa ter mais pessoas cadastradas para a gente ter mais possibilidade de cruzar essas informações com o sistema nacional. Em seguida, pergunta se tem mais algum argumento para poder finalizar. **Luciane Ituassú:** Na verdade, é uma deliberação de vocês. O que a Anne é inicialmente falou é que a orientação do Ministério da cultura é que, a partir do momento em que a gente trata dessa forma, com essa distinção de cadastro, não de certificação, há uma vedação por eles entenderem que afronta a legalidade do certame, por isso que eles não orientam, e já vem muito debatido sobre isso, para que não haja esse tipo de pontuação extra. Essa

vinculação de pontuação extra, por isso que na escuta, quando nós falamos de pontuação extra, nós falamos sobre certificados que já tem uma certificação. Que que é justamente o que foi levantado na escuta. As pessoas que estavam aqui, que pediram fala sobre pontos de cultura, sobre coletivos trouxeram justamente essa narrativa que muitos coletivos, apesar de não serem, é institucionalizados não terem o seu CNPJ, mas ele já se encontram como certificados de pontos de cultura junto ao Ministério da cultura e, considerando a constância, sofreria uma pontuação extra sendo proponentes do edital de premiação. **Dudson Carvalho:** Doutora, é porque o que os conselheiros estão ponto aqui é um incentivo e não uma dificuldade, só deixando bem claro, porque se eu tenho documentação para um, possivelmente eu tenho para o outro e não quer dizer aqui você não vai participar, vai continuar normal. O que nós estamos propondo é um incentivo para que esse fazedor de cultura lá do interior possa estar sendo visto logo pelo sistema. A gente está uma com dinheiro saindo agora novamente em junho, reforçando a questão e a gente continua com índices vergonhosos em municípios como o meu que é Parintins e a gente tem 2 pontos escrito, então a gente precisa criar mecanismo de incentivo. Nós não estamos criando um empecilho, nós estamos colocando para o cidadão que é necessário, que é a mesma coisa que ele fez na SEC, ele faça lá na plataforma, isso não vai durar o mesmo tempo que você vai fazer na SEC, está fazendo na plataforma. A primeira coisa é isso. A segunda, eu gostaria de propor para o conselheiro Elson, que deu uma ideia muito boa com relação a pontuação extra que fosse também votado junto com essa pauta, porque senão depois vai voltar de novo para a gente perguntar, qual a pontuação que será dado para os pontos que já são constituídos? Agora, veja bem, se a pontuação é para o ponto que está constituído e eu estou com um processo que eu posso dar entrada no governo federal, eu vou correr com isso, eu vou querer essa pontuação extra é mais um incentivo. Então, quer dizer, o cara tem que ver lá no Horizonte, que é importante que a gente esteja inscrito e que também é necessário pelo processo do edital.” Cita o conselheiro Elson para dizer: Com relação a essa pontuação, porque nós fomos o único estado do Brasil que deu 5 pontos e tirou a possibilidade de muita gente boa ganhar editais. Então eu acho que a gente tem que estar repensando essa questão de estar dando 5 pontos extras, mas o conselheiro Elson vai falar sobre isso. **Elson Rocha:** No nosso edital passado, a gente permitia 5 pontos para os negros. Eu poderia me declarar também LGBT que ia mais, ganhava mais 5 pontos. Eu poderia estar na área periféricas e mais 5 pontos é uma pontuação cumulativa, isso aí o que acontece o Brasil todo? Ele oscila de no máximo 2 pontos, porque se pegar o edital de resultado, quando uma pessoa pega 15 pontos de bônus e 15 pontos, você pega do primeiro, quase a colocação 100 (cem) colocação, 50 (cinquenta) ou seja, é muita pontuação diante, então, o que acontece? O Brasil todo é em torno de 1 ou 2 pontos. 1 ponto dentro do edital já faz muita diferença, então para a gente não correr o risco de agregar muita pontuação extra. 5 pontos de LGBTQIAPN+, 5 pontos, declarou negro, 5 pontos do PCD, 5 pontos de área de são 20 pontos. Então, e tem bastante assim.



790 Não tem gente que chega a somar 2 ou 3?. **Thiago Hermido:** É interessante que
791 também a gente seja claro. Não é uma pontuação que o corpo técnico impõe.
792 Foi tratado em escutas, então é interessante que nas próximas escutas o
793 conselho também se faça presente com a sociedade civil para que a gente
794 também, não vote algo dentro das escutas, traga para o conselho, o conselho
795 leva a outra pauta e isso fragiliza até o Conselho, com seus próprios artistas.
796 Então, acho assim, se for hoje do interesse do conselho realmente fazer essa
797 alteração para esses editais, tudo bem, porque eu acho que não chegamos a
798 discutir pontuações extras nessas escutas agora, mas que nas próximas a gente
799 tenha esse ponto de atenção para não ocorrer algum tipo de discordância nas
800 falas dos artistas que pedem. Lembrando que a gente sabe da dificuldade do
801 artista de periferia, do artista negro, dos artistas LGBTs, então, mesmo essas
802 pontuações cumulativas são num objetivo da gente, realmente estar tornando os
803 editais mais diversas e mais acessíveis para quem não tem tanto acesso aos
804 editais assim. O interior, por exemplo, por mais que a gente fale aqui, a gente
805 sabe que ainda temos uma participação baixa do interior em relação aos artistas
806 da capital, então, as pontuações extras elas vêm para contribuir com esse, com
807 essa, com esse outro cenário, da gente ter um edital com contemplados mais
808 diversas e não só pessoas da capital ou só pessoas que a gente sabe que tem
809 mais poder na hora de escrita de um edital, do que outras pessoas que não.
810 **Dudson Carvalho:** Só lembrando que a gente tem que ter um pouco de cuidado
811 com essa fala quando a gente diz: não foi posto na escuta ou foi posto na escuta,
812 tudo bem, as escutas existem justamente para isso, mas ela definem um
813 processo, eu vou te dar um exemplo, se juntar o pessoal do Folclore do Elson,
814 pessoal do Carnaval com os artistas visuais, tudo o que for decidido vai ser em
815 voto da cultura popular. Então, este conselho existe exatamente para isso, para
816 fazer justiça a um processo. A gente ouve nas escutas, a gente participa, estive
817 nas escutas e quando chegou aqui com essa pontuação, que foi aprovado de 5
818 pontos no primeiro momento a gente achou interessante para valorização. Só
819 que quando a gente viu pessoas saindo lá do 100º, não sei o quê, e avançando
820 para uma premiação, a gente achou injusto, então no momento é o que está
821 sendo posto pelo conselheiro, que é feito a nível nacional. Então este conselho
822 não vai estar fazendo injustiça nenhuma, então até a nível Brasil, essa pontuação
823 de um ponto é colocado e ainda assim dá uma oportunidade única para esses
824 participantes, porque isso é decidido em décimos e não em ponto. Então quer
825 dizer, quando tu tira um ponto, dá 4 pontos para uma pessoa, tu já conseguiu
826 fazer justiça a um processo e dar oportunidade para pessoas que estão
827 realmente preparadas e não pessoas que vão estar ali, lá no 100º lugar. É só
828 isso para que a gente reponha essa fala com relação ao conselho. O conselho
829 existe exatamente para isso, para fazer a justiça e para que pequenos grupos
830 não se coloquem numa situação de superioridade e acabem fazendo injustiça.
831 **Luciane Ituassú:** Perfeito. Então acredito que todas as correntes foram
832 levantadas e a gente consegue deliberar sobre isso? **André Durand:** Eu vou só
833 abrir a fala para o conselheiro Vanderley para a gente poder deliberar, porque a

834 gente precisa avançar as pautas aqui porque os 3 secretários tem outras
835 agendas. **Vanderley Pinheiro:** Só para reforçar o que o conselheiro Dudson
836 acaba de falar, que existe algumas pessoas que ainda têm a visão que a cultura
837 do Amazonas tem que girar em torno do Teatro Amazonas. Nós temos artistas
838 em Tefé, nós estamos artistas em Tabatinga, em Humaitá. A diversidade e a
839 pluralidade desses artistas é muito grande, e a escuta é legítima. Só que o filtro
840 da escuta é o conselho, é o conselho que define que a sociedade civil, as suas
841 necessidades sejam atendidas em uma proporção da realidade do interior do
842 nosso estado, aí chega um grupo, se reúne, aí define, faz isso, faz aquilo. A
843 gente pode ter errado no passado, mas agora a gente vai procurar consertar os
844 erros que foram cometidos, porque lá na Bahia, que tem a maior população
845 negra do Brasil, é 1 ponto. Só para vocês terem ideia, é um ponto. Então a gente
846 está aprendendo dentro desse processo, podemos ter errado, mas agora a gente
847 vai consertar. E o conselho é o filtro da escuta, muito obrigado, boa tarde. **André**
848 **Durand:** Muito obrigado. Conselheiro Vanderley, além de ser conselheiro,
849 também trabalha com a questão de fono, é formado na área de fono. Então,
850 quem quiser ser consultado pelo conselheiro, a gente vai já deixar o numerozinho
851 dele. Aí a gente abre a fala agora para a doutora Anne. Parece que ela pediu
852 agora. Ela ainda está on-line já, doutora Anne? Tá mais não. Ela está ali. Deixa
853 eu ver onde que ela está. **Anne Paiva:** (inaudível). **Luciane Ituassú:** Não
854 ouvimos você, Anne, está muito baixo. **Anne Paiva:** Tudo bem. Não era em
855 relação a essa questão de cotas, nem de pontuação extra. **Luciane Ituassú:** Ela
856 está abrindo mão da fala, gente. **André Durand:** Obrigado, como sempre, muito
857 solícita. Podemos votar? Senhor presidente, por favor? Em regime de votação.
858 Eu posso sugerir que a gente vote em bloco, mas que a gente possa também,
859 depois fazer alguns ajustes? **Luciane Ituassú:** O que vocês vão votar?" **André**
860 **Durand:** Inicialmente, é sobre a questão dessa pontuação extra ou não, de
861 apenas um ponto e a inclusão ou não, aí eu peço agora um argumento seu.
862 **Luciane Ituassú:** Bom, o que eu preciso saber é se haverá pontuação extra para
863 coletivos certificados como pontos de cultura? Sim, vocês precisam votar ou já
864 está deliberado? OK, apesar. Isso. (Vozes inaudíveis). É, mas eles estão
865 revotando o que já votaram. Eles já tinham deliberado 2 pautas a gente já está
866 votando de novo. **Presidente:** Pelo que entendi, o que já está na ata porque foi
867 matéria vencida, foi votado na última reunião. **Luciane Ituassú:** Vocês já
868 delimitarão qual seria essa pontuação extra? O Ministério, ele permite de 1 até
869 5 pontos. Seria bom botar em votação. **Presidente:** Senhoras e senhores, em
870 regime de votação. Quero deixar bem claro que nós estaremos colocando em
871 regime de votação, um ponto adicional, um ponto adicional para aqueles pontos
872 de cultura que já são certificados no MinC e que a pontuação extra é de apenas
873 1 ponto. O único ponto que está sendo colocado em votação é que será 1 ponto.
874 Já está definido que precisa certificar. Então vamos colocar regime de votação.
875 Os que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade.**
876 **Luciane Ituassú:** Apesar da orientação do Ministério da cultura sobre não
877 colocar como critério de diferenciação o cadastro, a inscrição, o pleito, a

878 certificação. Vocês vão manter? Após (vozes inaudíveis). Apesar da orientação
879 contrária do Ministério da cultura e da orientação da Assessoria de Políticas
880 Culturais que coaduna com a orientação do Ministério da cultura sobre não ter
881 critério de distinção para proponentes que realizam apenas o cadastro, a
882 inscrição a solicitação vocês manterão essa distinção de critério? **André**
883 **Durand:** Então nós vamos retirar. **Luciane Ituassú:** Já que que vocês entraram
884 no mérito da pontuação extra, todas as demais. Como é um edital que ainda não
885 foi lançado e estamos fazendo novas escutas. Sobre a pontuação extra dos
886 demais critérios LGBT, negro, PCD, vocês vão reduzir para 1 ponto ou vão
887 manter nos 5 pontos como está na minuta?”(vozes inaudíveis). Então coloque
888 em votação. **Presidente:** eu quero sugerir aqui a votação que eu entendi o
889 “modus”, na verdade, já foi deliberado em reunião anterior que a proposta era
890 que qualquer pontuação que venha a ser extra, ela será de apenas 1 ponto
891 cumulativo, ou seja, cada pontuação extra de cada LGBT, negros, enfim, terá
892 pontuação extra de apenas 1 ponto. É isso que vai ser colocado em votação no
893 momento em que já foi deliberado em reunião anterior, correto? Então vamos
894 colocar regime de votação. Em votação: Os que aprovam permaneçam como
895 estão. **Aprovado.** Temos alguma abstenção? Nenhuma. **André Durand:** Tem
896 mais alguma pauta aí, doutora? **Luciane Ituassú:** Na reunião passada foi
897 deliberado que acerca de pontos temáticos ia ser estudada de uma forma mais
898 profunda para ser liberado para o PAAR 2024. Mantém? (vozes inaudíveis). É
899 porque nós estamos trabalhando recurso da PNAB 2023, o próximo que nós
900 vamos trabalhar recursos da PNAB 2024. **Edital com indicações da escuta.** O
901 edital de espaços culturais foi feita a escuta no dia 30 de janeiro, a primeira parte
902 da escuta. Os itens que eu vou trazer aqui para os senhores, são itens que foram
903 votados pela sociedade civil, na escuta. E aí, vocês vão me trazer a deliberação
904 se mantém ou vão alterar. **Definir o mínimo de 2 vezes para a execução de**
905 **contrapartida no campo de intervalos regulares.** Na última reunião, vocês
906 tinham passado esse número para 3. Nós vamos manter em 2 ou vamos alterar
907 para 3? Eu vou fazer um apanhado de um bloco e aí, vocês fazem a votação,
908 tudo bem? Inclusão de cota para grupo LGBTQIAPN+ no percentual de 10%.
909 Vocês vão manter o que foi votado na escuta ou vocês vão retirar? **André**
910 **Durand:** A gente pediu para retirar. **Luciane Ituassú:** Então vocês vão retirar a
911 cota para LGBT? ok. **Pontuação extra para projetos que estabeleçam a**
912 **atender ações em áreas periféricas.** Vocês vão manter? Manteve. A
913 pontuação extra também vai ser de 1 ponto? ok. **Elson Rocha:** A gente só
914 precisa definir o que que é essa área periférica. **Luciane Ituassú:** A gente está
915 aguardando a devolutiva da consulta. **Mencius Melo** Boa tarde a todos. Eu
916 estava acompanhando presencialmente. Estava aqui na Difusora, terminou o
917 programa e corri para cá. **Cândido,** é um prazer lhe encontrar. A gente entrou
918 num debate acerca dessa questão que até aprofundava, doutora, para definir o
919 que é a área periférica, porque o centro da cidade possui áreas periféricas
920 também. Eu lembro que a gente levantou essa discussão. Então, a área
921 periférica não é necessariamente (Inaudível). Gente, sumiu aqui, mas a gente

voltou. É isso. A gente precisa aprofundar esse debate, André. **Luciane Ituassú:** Sobre esse item 1.2. a gente pode entrar em votação sobre esse bloco?” **André Durand:** Podemos sim, e a gente precisa até, realmente ter essa definição de que são essas áreas periféricas, porque hoje, dentro da cidade de Manaus, nós temos os bolsões da pobreza e os bolsões de extrema pobreza, porque quando a gente fala em áreas periféricas, a gente já sabe que lá já chegou asfalto, já chegou iluminação, já tem escola pública. Então, não é mais possível considerar essa área como uma área periférica, então a gente precisa também ter um estudo como eu citei agora há pouco saber o IDH dessa localização para saber também se está dentro dessa questão da área periférica. **Luciane Ituassú:** A própria lei, a própria normativa, ela já traz o conceito de áreas periféricas que acabam mesmo se relacionando com o IDHA daquele território. Mas acho que para ser uma coisa mais resolutiva, porque considerando que não nos cabe entrar nessa conceituação, considerando que a lei já traz, eu posso fazer um resumo para apresentar lá no grupo do pleno, para vocês todos tomarem conhecimento. Tá bom? **André Durand:** Gostaria de deixar registrada a presença do conselheiro Menciús, da cadeira de Música. **Luciane Ituassú:** Vamos lá. Então a votação agora, para vocês colocarem regimes de votação, qual é o bloco de votação? **O mínimo de execução de contrapartida em 3 intervalos regulares. A não inclusão de cota para grupo LGBTQAPN+. Pontuação extra de um ponto para projetos que atendem em áreas periféricas.** Esse é o bloco de votação. Todos entenderam?” **André Durand:** Entendemos sim. Eu vou já colocar em regime de votação. Também gostaria de saber se essa pontuação é apenas em relação à esses editais de pontos e pontões, ou também se aplica à espaços e pesquisa também. É direto, é 1 ponto, doutora Anne. Em regime de votação em bloco. **Presidente Caio André:** Os pontos votados, vamos deixar claro a todos os conselheiros que estão online”. **Luciane Ituassú:** O bloco de votação faz referência às indicações da escuta para o edital de espaços culturais. **Definir o MÍNIMO DE 3 VEZES para a execução de contrapartida no campo de intervalos regulares. NÃO incluir cota para LGBTQIAPN+. INCLUIR pontuação extra de 1 PONTO para projetos que estabeleçam atender ações em áreas periféricas”.** **Presidente Caio André:** Então vamos à votação, senhores, em votação, os que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Alguma abstenção? Uma abstenção online da conselheira Lucimar. **Luciane Ituassú:** Novamente, ratifico a informação que passei no edital passado, o edital de pesquisa e Patrimônio foram itens votados pela sociedade civil na escuta que nós estamos trazendo para vocês deliberarem, tudo bem? O nome do edital passou para edital de fomento à execução de pesquisa em cultura e patrimônio no âmbito cultural do estado. Letra b. (inaudível) para grupo LGBTQIAPN+ no percentual de 10% e considerando a inclusão da cota e a unificação da tabela de módulo financeiro, como foi votado, a tabela fica para 4 premiações de R\$. 80.000 (oitenta mil reais), 6 premiações de R\$. 50.000 (cinquenta mil reais) e 8 premiações para 38.750 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais). **Presidente:** sugere para

966 encaminhamento de votação, que: “cada ponto a gente já coloca em votação,
967 porque são os conselheiros que aprovam ou não. E aí a gente vai passando
968 senão, daqui a pouco vai ter que ler tudo de novo. Então vamos para o primeiro
969 ponto e a gente coloca em votação, em discussão, e aí a gente vai avançando.
970 **Luciane Ituassú** faz a leitura referente a votação: “Nome do edital. **Edital de**
971 **fomento a execução de pesquisa em cultura e patrimônio no âmbito**
972 **cultural no estado do Amazonas. Presidente Caio André:** Em regime de
973 votação a alteração do nome do edital, conforme foi lido pela doutora Luciane e
974 se aprovado nós vamos seguir para o próximo ponto. Alguém quer discutir?
975 **André Durand:** Eu gostaria só de saber se o preâmbulo dele, que a gente nota,
976 quando a senhora sinaliza aí. A senhora pode repetir, por favor, o nome
977 novamente? **Luciane Ituassú:** Antes, **ele estava como edital de pesquisa e**
978 **Patrimônio.** Aí a sociedade votou e pediu a alteração do nome para **Edital de**
979 **Fomento a Execução de Pesquisa em Cultura e Patrimônio no âmbito**
980 **cultural no estado do Amazonas. André Durand:** A gente só precisa ter muito
981 cuidado quando essas pessoas apresentam esses nomes Pesquisa em cultura,
982 a gente já nota aí um grupo que sempre é contemplado, que sempre está à frente
983 desses locais, sendo o idealizador, então, a gente só precisa saber dentro do
984 preâmbulo, como será definido essa questão? Como é que se dará? Porque eu
985 vejo quando a gente vai para esses lugares de escuta, a gente vê sempre aquele
986 mesmo grupo, e aí tem aquele que diz que é LGBT, diz que ele é e chega na
987 hora, a gente está ali representando, fomentando para ver se ele vai pegar um
988 pedaço maior do bolo. Mas a gente agora já se vacinou, então por isso a gente
989 está entrando aqui em comum acordo, porque hoje tem um edital específico para
990 a comunidade LGBTQIAPN+ e a gente precisa no segundo bloco, a gente rever
991 e fazer valer o que foi aprovado no primeiro momento. Eu só queria que a
992 senhora lesse novamente para eu concluir. **Luciane Ituassú:** O nome do edital
993 é: **Edital de Fomento e Execução de Pesquisa em Cultura e Patrimônio no**
994 **âmbito Cultural no Estado do Amazonas. André Durand:** Só para saber qual
995 é a definição no preâmbulo desses espaços, dessa pesquisa, o que que seria
996 essa pesquisa? **Luciane Ituassú:** é pesquisa Cultural. **André Durand:** Pois é,
997 mas aí, eu prefiro derrubar, conselheira Jordânia. Colocou em regime de
998 votação. **Presidente:** Palavra concedida ao conselheiro Bjarne. **Bjarne Furtado:**
999 Boa tarde, secretário Caio André, e a todos os membros do conselho, on-line e
1000 em condição presencial. Bom, sobre esse ponto, a sociedade civil pede uma
1001 alteração no nome, e eu gostaria de sugerir um estudo sobre em que,
1002 especificamente, essa nova nomenclatura altera significativamente o sentido,
1003 para que a gente possa votar de forma mais segura. Em vez de decidirmos de
1004 forma açodada, seria importante receber os meandros dessa alteração. Me
1005 parece que a doutora Luciane já vai compartilhar o preâmbulo, mas era preciso
1006 a gente saber exatamente em que consiste essa alteração. O que essa nova
1007 nomenclatura traz que não existia antes? Era nesse sentido. **Luciane Ituassú:**
1008 Só um ponto de atenção. Considerando as perguntas que estão sendo feitas,
1009 desculpem a pergunta, é só para conhecimento, vocês conseguiram ler a minuta

desse edital? (**vozes inaudíveis**). A senhora entende que na minuta a gente não contempla essas especificações que estão sendo solicitadas? (**Vozes inaudíveis**). Que a gente não contempla? O que que nós poderíamos melhorar? (**vozes inaudíveis**). Não é porque vocês estão falando sobre tipos de pesquisa e isso tudo está na minuta. É por isso que eu estou perguntando se vocês tomaram esse conhecimento da minuta: Edital de pesquisa e Patrimônio foi como ele foi para a minuta e o que foi solicitado só para que fosse alterado de pesquisa em cultura e patrimônio, no âmbito cultural do estado do Amazonas. A doutora Anne levantou a mão. Podemos dar a fala? **Presidente:** Vamos dar a fala à doutora Anne. **Anne Paiva:** Oi gente. Boa tarde. É o seguinte, esse edital já é um pleito muito antigo da sociedade. Para quem vai para as nossas escutas desde 2020, as pessoas, a sociedade, pede alguns editais de pesquisa. Por quê? Porque quem aí está no teatro, tá na Dança, sabe que existem pesquisas a respeito do desenvolvimento da sua arte, pesquisas Culturais, pesquisas relacionadas à Patrimônio e os nossos fazedores de cultura pedem isso, eles têm interesse em desenvolver pesquisas nessa área da cultura. Antes, como a Luciane bem colocou o edital era de pesquisa e Patrimônio, só que foi afunilado o edital por causa dos recursos, por causa de umas conversas com IPHAN, conversas com a sociedade civil e a sociedade civil achou interessante, juntamente com IPHAN também, que participou da nossa escuta. Eles acharam interessante colocar pesquisa em cultura e patrimônio para tentar afunilar, tentar mostrar de forma mais Clara que a pesquisa ela seria realizada na área da cultura e na área do patrimônio. Quem participou da reunião, quem não participou presencialmente e conseguiu ouvir online depois, viu que no edital, na minuta, ele já viu um detalhamento de ações. Existe, por exemplo, pesquisas a respeito de resultados da Lei Aldir Blanc (LAB), da Lei Paulo Gustavo (LPG), resultados de ações culturais realizadas na sociedade, resultado de festivais realizados e também pesquisas relacionadas a áreas de Patrimônio, pesquisas a respeito do Boi-Bumbá. Pesquisas a respeito, por exemplo, da capoeira. O edital é amplo para diversas pesquisas que sejam realizadas na área da cultura e pesquisas a serem realizadas na área do patrimônio. Esse é o intuito da sociedade e foi isso que foi traduzido para o edital. Obrigada. **Kaká Bonates** pede a palavra para fazer um esclarecimento. Você está falando que o edital está muito específico o título tinha que ser uma forma mais abrangente, é isso? Se for, para ficar mais abrangente, o conceito de patrimônio cultural é: o conjunto de elementos que representam a história, a identidade, costumes de um povo que pode ser Material ou Imaterial e inclui monumentos, construções, sítios arqueológicos e expressões artísticas, tradições e saberes. A palavra Patrimônio cultural é muito abrangente. **Bjarne Furtado:** Então, diante do que foi explicitado pela doutora Anne, eu já pensava nesse sentido, porque eu também sou pesquisador da área, já trabalho a 7 anos com a questão da Interculturalidade e da colonialidade, eu acho justo essa última nomenclatura sugerida pela sociedade civil que ela realmente contempla em uma condição mais ampla. Então, dito isso, a partir do que a doutora Anne falou, no momento de votação já concordaria com esse outro nome sugerido pela

1054 sociedade civil, que é mais amplo. **Presidente:** Em regime de votação: Os que
1055 aprovam permaneçam como estão. Alguma abstenção? **Aprovado.** Vamos ao
1056 segundo ponto. **Luciane Ituassú:** **Inclusão de cota para grupo LGBTQIAPN+**
1057 **no percentual de 10%.** **Presidente:** Senhoras e senhores conselheiros, alguém
1058 quer discutir sobre o tema? **Vanderley Pinheiro:** Devemos seguir o mesmo
1059 entendimento que nós tivemos no edital que foi votado agora há pouco, porque
1060 já existe edital específico para pessoas LGBTQIAPN+. Acho que nós devemos
1061 seguir o mesmo raciocínio que foi seguido na última votação do último edital.”
1062 **Luciane Ituassú:** Eu vou colocar só um ponto de atenção para o caráter de
1063 votação, que essa Inclusão foi solicitada por um dos conselheiros suplentes
1064 dentro da escuta e lembrar que apesar da gente ter um edital específico, já foi
1065 trabalhado na LPG e também agora na PNAB, um edital específico, é a primeira
1066 vez que a gente está trabalhando com o edital de pesquisa. Então nós temos um
1067 público diferenciado, de qualquer maneira, é um público que não é acolhido em
1068 outros editais. É um público de pesquisa. A proposta é a inclusão. **Vanderley**
1069 **Pinheiro:** Só que o edital, ele pode submeter qualquer projeto. Esse precedente
1070 é muito perigoso. **O conselheiro Menciús Melo:** Eu sinto que há na colocação
1071 da doutora Luciane um ponto de debate nesse contexto. Ela está colocando aqui
1072 que esse edital especificamente não é voltado para o público para o qual a gente
1073 trabalha diretamente, que são os artistas. Entendo aqui que já é uma área mais
1074 científica. Seria isso Thiago Hermido? Então, nós estamos discutindo o papel
1075 mais científico deste edital e menos artístico. Eu acho que consegui entender o
1076 que a doutora Luciane colocou é um público realmente que não está diretamente
1077 ligado com nossas ações. Eu acho que vale a pena a gente ponderar. **Luciane**
1078 **Ituassú:** Eu vou complementar a fala para deixar esclarecido para depois não
1079 virar recortes. Não é que esse edital não contempla artistas, mas no todo, é um
1080 edital de pesquisa, então exige uns requisitos a serem obedecidos diferenciados
1081 de um edital de fomento, por isso que tenhamos um público diferenciado nesse
1082 momento, mas não significa que não há pesquisadores que também sejam
1083 artistas.” **Dr. Sérgio Cruz:** Podemos ter também na área de literatura como
1084 pesquisa para elaboração de um livro. Lembrando que a gente tem aqui a
1085 cadeira de literatura, que pode ter uma pessoa que está precisando de um
1086 momento para fazer uma pesquisa lá em Tefé, por exemplo, fazer um
1087 levantamento histórico, alguma coisa assim e que precisa desse fomento para
1088 desenvolver o seu material de pesquisa na área de cultura, mas é apenas um
1089 lembrete que eu faço, não sei como que está aí no edital e como está a decisão
1090 aqui das cadeiras. **Presidente:** Vamos à votação, conselheiros, lembrando que
1091 a votação é para **Inclusão de cota para grupo LGBTQIAPN+ no percentual**
1092 **de 10%.** Neste item **Edital de Fomento e Execução de Pesquisa em Cultura**
1093 **e Patrimônio no âmbito Cultural no Estado do Amazonas.** Os que aprovam
1094 permaneçam como estão. Voto presencial contrário do conselheiro do Dudson.
1095 Votos online contrários dos conselheiros Vanderley, da conselheira Cristina
1096 Helena, portanto, foi **aprovado** por maioria, com 4 votos contrários. Alguma
1097 abstenção? Votação encerrada. **Luciane Ituassú:** Foi solicitado e votado pela

1098 sociedade civil a **unificação da tabela de módulo financeiro, com a Inclusão**
1099 **da cota LGBT**, que a qual foi aprovada agora, restam 4 premiações no valor de
1100 R\$. 80.000 (oitenta mil reais) 6 premiações no valor de R\$. 50.000 (cinquenta
1101 mil reais) e 8 premiações no valor de R\$. 38.750 (trinta e oito mil setecentos e
1102 cinquenta reais). Todo esse quantitativo faz um global de R\$. 930. 000
1103 (novecentos e trinta mil reais). **O secretário de cultura** pergunta: “Alguém quer
1104 discutir matéria?” **Bjarne Furtado**: Não dava para arredondar em uma parcela
1105 roliça, para não ter essa fragmentação, é possível? **Luciane Ituassú**: Eu vou
1106 dividir aqui as somatórias para o senhor entender, o montante. Quando nós
1107 falamos de 4 premiações no valor de 80.000 (oitenta mil reais), nós totalizamos
1108 R\$. 320.000 (trezentos e vinte mil reais). Quando nós falamos em 6 premiações
1109 no valor de R\$. 50.000 (cinquenta mil reais), nós totalizamos R\$. 300.000
1110 (trezentos mil reais). Quando nós falamos em 8 premiações no valor de R\$.
1111 38.750 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta reais), nós totalizamos no
1112 montante de R\$. 310.000 (trezentos e dez mil reais). As 3 somatórias perfazem
1113 o valor global de 930.000 (novecentos e trinta mil reais). **Presidente**: Vamos a
1114 votação. Os que aprovam permaneçam como estão. Alguma abstenção?
1115 **Aprovado por unanimidade. Luciane Ituassú**: Durante a escuta, eles fizeram
1116 votação acerca dos critérios desse edital que está na minuta. Eles pediram a
1117 exclusão do critério, que é a letra b, trajetória artística e cultural do agente
1118 cultural. Conceito: Será considerado para fins de análise, a trajetória do agente
1119 cultural com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com o
1120 projeto. Eles estão pedindo a exclusão desse critério. Lembrando que é um edital
1121 de Pesquisa em Cultura e Patrimônio. **Mencius Melo**: Eu entendo, mas, uma
1122 vez que essa é uma característica específica deste edital, ele realmente é um
1123 edital um pouco mais voltado para a comunidade científica, então a gente não
1124 pode exigir um papel mais Artístico do pesquisador, de repente ele é um
1125 professor que vem de uma instituição de ensino que quer pesquisar a trajetória
1126 de algum grupo dentro da cidade de Manaus, dentro do estado Amazonas, e não
1127 precisa necessariamente ser um artista, vejo assim. **Luciane Ituassú**: Eles estão
1128 pedindo a exclusão desse critério, porque eles pediram uma adaptação em outro
1129 critério que seria o próximo. Então a exclusão do primeiro para adaptação desse
1130 segundo que será: Experiência do proponente em pesquisas na área cultural,
1131 será considerado para fins de análise a experiência do agente cultural em
1132 pesquisas com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com o
1133 projeto. **Presidente**: Neste caso, então não é exclusão, é uma adaptação. Vai
1134 substituir por este que foi uma adaptação do item b. **André Durand**: Como eu
1135 compartilhei com vocês quando a gente viu lá a questão das siglas e aí, dentro
1136 da própria narrativa que surgiu dentro da escuta, como eu trânsito nesses
1137 lugares. o mesmo discurso de um único grupo que pleiteia para esse grupo esses
1138 editais. Aí que eu digo para vocês que a gente precisa ter muito cuidado. E onde
1139 ficam na escrita os notórios saberes? É um fato. E assim, essas pessoas que
1140 promovem isso, elas não aceitam que outras pessoas que são notórios saberes
1141 participem, elas não aceitam. **Luciane Ituassú**: Mas quem é notório saber, seria

um plus, nesse caso. **André Durand:** Assim, doutora, existem as pessoas que dominam o conhecimento da pesquisa, não tem uma formação, mas que precisariam ser validados por uma entidade como a própria UEA. Ela poderia cancelar que esse notório saber tem um conhecimento bem profundo na área e fazer. **Luciane Ituassú:** isso foi discutido na escuta. **Mencius Melo:** Mas você está colocando e está dando a solução e eu entendo que não são os editais, é este edital específico que tem essa característica. **André Durand:** Eu tô dizendo pra você que como eu conheço a escrita e o diálogo que foi proposto para a narrativa, é o grupo que eu estou dizendo para você que justamente pensa neles como grupo. Não pensam em outras pessoas que poderiam ter acesso a essa questão, tanto é que eles tão pedindo justamente para tirar um quesito importante e apenas ser validado pela experiência, pesquisa ou porque eles vão ter comprovatório, a gente nota isso. Mas assim, só para vocês saberem que existe esses grupos concentrados que vão para esses lugares defender apenas o papel para eles e para eles e para eles, para o coletivo não. **Luciane Ituassú:** Sobre a escuta, vocês conseguiram ter acesso? Porque se eu me recordo, acho que só tinha suplente no dia da escuta deles. Não, é porque para a gente ter necessidade de explicar ou não sobre a escuta, aí, como o senhor está trazendo alguns discursos sobre a escuta, eu gostaria de saber, vocês acompanharam essa escuta? Vocês ouviram o que foi dito, que foi falado? Só para ver se tem necessidade. **André Durand:** Mas assim, só para ficar registrado, porque dói no peito visualmente, esses grupos serem contemplados e não tem um olhar muito mais amplo, para o que realmente seria a questão da pesquisa. **Vanderley Pinheiro:** O que está se percebendo agora é que está sendo apresentado um edital moldado aquelas pessoas que estavam lá. Para reforçar o que o conselheiro André está falando, notório saber vai ficar onde? Vai ficar só assistindo? Está se moldando um edital, aquelas pessoas que estavam lá na escuta, isso que está acontecendo. **Luciane Ituassú:** Mas é o natural, né? **Vanderley Pinheiro:** Doutora, a senhora também está influenciando fortemente na condução de uma opinião de um grupo aí também. Eu peço que a senhora seja imparcial. **Luciane Ituassú:** Se o senhor quiser, se for da sua vontade, eu me retiro da mesa sem problema nenhum. **Vanderley Pinheiro:** Eu estou falando, peço só a sua permissão para terminar minha fala está se moldando um edital de acordo com aquele grupo que estava naquela escuta. É isso que está acontecendo. Por exemplo, se for só para pessoas que são acadêmicas, pessoas letradas, então vai ser só um edital para quem está na academia para mestres doutores. Só quem vai poder fazer, então, aí esse edital são essas pessoas? Então eu peço que esse conselho não caia nessa armadilha, é isso que está acontecendo. Está sendo feito um edital moldado aquelas pessoas que estavam naquela escuta. Isso que está acontecendo. E eu tenho voz, eu fui eleito conselheiro de cultura 2 vezes, eu tenho direito de fala, só isso. Boa tarde a todos. **Luciane Ituassú:** Eu posso falar rapidinho? A escuta da sociedade civil, é natural que se aglomerem pessoas que serão direcionadas, público direcionado para aquele edital da mesma maneira que a cadeira do audiovisual,



1186 que a cadeira da dança, que a cadeira do teatro, quando há editais específicos
1187 é aquele grupo que vai ser discutido, porque é o público que vai ser atingido.
1188 Sobre a questão de estar influenciando a condução, eu me reservo aqui, no
1189 entendimento da Presidência. Caso eu esteja influenciando a condução da
1190 reunião e vocês quiserem me retirar da mesa, eu estou à disposição. E sobre a
1191 escuta, de estar sendo conduzida por grupo específico, caso seja da vontade de
1192 vocês, a gente faz uma nova escuta e convoca uma massa para isso e vocês
1193 participam dessa escuta, que é o que não aconteceu na escuta passada e
1194 possam deliberar posterior a isso, seria uma alternativa. **Kaká Bonates:** Eu
1195 trabalho com pesquisa a 42 anos, então, deixa eu explicar uma coisa. A pesquisa
1196 pode ser aberta para qualquer pessoa, não precisa ter doutorado e mestrado,
1197 pode ser um autodidata. O que nós vamos ter é níveis de aprofundamento dessa
1198 pesquisa. Então, por exemplo, um jornalista que escreveu uma trilogia sobre
1199 escravidão, o nome dele é Laurentino e o trabalho dele, na verdade, é um ensaio,
1200 porque ele diz dados, mas não cita fontes. Então quando você lê o trabalho dele,
1201 não tem uma referência de fato. Ele diz, olha, na Amazônia tem vários quilombos.
1202 Quantos? Onde é que estão situados? Então isso é só um ensaio. Agora, quando
1203 você quer fazer uma pesquisa aprofundada, aí você tem que se basear numa
1204 metodologia de fato, que leve para aquilo. Então posteriormente, o que eu sugiro
1205 para contornar essa situação e deixar tudo aberto, é quando for escrever o edital,
1206 colocar as categorias, ensaio TCC ou então pesquisa mesmo, só isso pronto. Aí,
1207 cada qual se enquadra dentro daquela condição que se queira. **Bjarne Furtado:**
1208 O Kaká roubou a metade do que eu ia falar. Eu acho que a gente precisa
1209 aprimorar a nossa hermenêutica a ponto de não cometer injustiças. Mas de
1210 qualquer forma, seja a pesquisa desenvolvida por um por um, expert ou uma
1211 pessoa de notório saber, ou um observador não tido especificamente como um
1212 pesquisador acadêmico independente dessas categorias. Eles vão ver que no
1213 processo de desenvolvimento da pesquisa é estabelecer uma metodologia. É
1214 impossível você pesquisar sem uma metodologia e aí existem outras categorias
1215 de produção de conhecimento que eu acho que a questão desse edital
1216 específico, ele deve potencializar a questão da produção de conhecimento, que
1217 pode ser feita a partir da produção de ensaios de memórias da resultados de
1218 pesquisa propriamente dita, que se resolve a partir de uma metodologia que
1219 busca alcançar um objetivo. Então tudo isso tem que ser levado em
1220 consideração. Eu acho que esse edital ele de forma alguma está excluindo
1221 ninguém. Ele precisa ser sim, com falou o Kaká, delineado em seus objetivos.
1222 Eu acho que a gente pode depois discutir os diferentes nichos de atuação da
1223 produção de conhecimento. Nesse sentido, eu acho justa a demanda da
1224 sociedade civil, mais uma vez, em relação a essa questão. Se precisarem do
1225 meu voto, eu voto sim a favor dessa mudança e inclusive, uma adição desse
1226 processo de delinear esses nichos de produção, de conhecimento, que
1227 transcenda resultados de pesquisa. **Alvaro Monteiro:** Eu havia comentado fora
1228 do microfone e já complementa a fala do nosso secretário Kaká, que, de fato, é
1229 uma temática que a gente tem que pensar, porque quando se lança o edital,



causa uma dúvida na aquela pessoa que pretende se inscrever porque fica muito amplo, fica de forma ampla. Eu já ouvi pessoas questionando pesquisa, mas qual o segmento da pesquisa? Então, o que que eu penso, a gente delimitar por eixo literário que foi justamente aquilo que você mencionou. É artigo, é ensaio, etc, que aí já dá um norte para aquela pessoa que pretende fazer a sua inscrição neste edital de pesquisa. Eu sou ensaísta também, então quando a gente aprende a escrever ensaio já flui. A gente escreve o primeiro, segundo e vai embora. E quando é artigo é diferente, já segue uma metodologia da ABNT. E quando é ensaio, é outra metodologia, ou pode ser uma adaptação daquele artigo. Então é por aí, é muito válida a sua contribuição para a delimitação desse dessa temática. **Ludimar Kokama:** Referente à questão em discussão, nós povos indígenas temos vários historiadores culturais autodidatas, e, assim, talvez a gente possa seguir nessa linha aí do secretário Kaká, de especificar mesmo, dentro do edital, quais são essas categorias de pesquisa que serão contempladas. Outra situação: quando a doutora Anne coloca 'Ah, mas vocês não participaram da escuta.' Bom, tudo bem. Os conselheiros, talvez, por algum motivo, não tenham participado especificamente dessa escuta que está em questão, mas das demais, todos os conselheiros participaram. E não é que a escuta trouxe um modelo para ser apresentado, mas não quer dizer que esse modelo da escuta ele vai ser implementado, porque, passa pela escuta e finaliza dentro da plenária do CONEC. Os conselheiros que vão dizer se aprovam da maneira que foi feita a escuta ou não aprova. Acho que a gente tem que se colocar nesse sentido. Não é porque passou pela escuta que vai ser deliberado de todas as maneiras que foi deliberado dentro das escutas. Enquanto conselheiros, temos a prerrogativa de aprovar na sua totalidade ou não. **Anne paiva:** Esse edital está sendo alvo de escutas desde abril do ano passado, ele já passou por 3 escutas e ele já teve uma consulta pública escrita também. A minuta do edital está disponível inclusive no site da Secretaria para os senhores conseguirem verificar, se tiverem alguma dúvida a primeira minuta, porque ela, como eu falei para os senhores, ela motivou alguns e-mails e por isso que foi feita a última consulta pública. Eu acho que é interessante a gente falar sobre o que que é esse edital, o que que é o edital de pesquisa. Ele vai seguir o Marco regulatório de fomento, ou seja, o contemplado vai receber uma bolsa e ele vai executar, vai fazer algum curso, pode ser uma pós-graduação, pode ser um curso livre, pode ser um mestrado, um doutorado, enfim, ele vai utilizar esses valores para o recurso. E aí, qual é o resultado final dele? É apresentar o certificado desse curso que está realizando, mais a pesquisa dele na área cultural ou na área de Patrimônio, que também faz parte da cultura, mas eles quiseram detalhar bem quando a gente fez a minuta, quando teve as discussões. Então assim, não é só uma pesquisa, mas era uma pesquisa com algum curso que vai gerar um certificado para deixar claro para os senhores como é que seria o resultado disso. Obrigada. **Dudson Carvalho:** Aqui, a única coisa que a gente vai ter que decidir é, altera-se o texto ou não, ou se retira, acabou. Se retirar o texto, aí não vai ter vantagem nenhuma para quem tem currículo, foi isso que o

1274 conselheiro André colocou aqui. Será que a gente quer que os notórios saberes
1275 tenham o mesmo valor do cara que tem um currículo acadêmico impecável? É
1276 isso que está sendo posto. Então se retirar os 2 textos que estão valorizando os
1277 currículos, vai ficar todo mundo de igual para igual. O quem vai ganhar é o melhor
1278 projeto. se mantiver o texto, o cara que tem todo esse currículo vai levar
1279 vantagem sobre a pessoa que tem notório saber isso é fato. É só isso que a
1280 gente precisa. Cada conselheiro aqui precisa votar com a sua consciência.
1281 E acabou a bota e votação isso aí, passou o texto, vai alterar o texto conforme a
1282 sociedade pediu e acabou. **Bjarne Furtado:** Conselheiro Dudson, isso não altera
1283 nada, o edital vai julgar o mérito de quem produz a pesquisa. Pode ser uma
1284 pessoa de notório saber sim, a irrelevância do produto é que é que deve ser
1285 levado em consideração. Eu acho que não altera nada na minha opinião, na
1286 minha modesta opinião. A mudança de redação não altera em absolutamente
1287 nada. **Presidente:** Em regime de votação: Os que aprovam a alteração
1288 permaneçam como estão. Voto contrário do conselheiro Vanderley. Alguma
1289 abstenção? nenhuma abstenção. **Foi aprovado.** Antes de seguir, eu preciso me
1290 ausentar, senhores, preciso ir em uma reunião com a procuradora, procuradoria
1291 geral do município, já estou bastante atrasado, vou passar aqui a presidência
1292 direto para o nosso secretário Kaká, haja vista que daqui a pouco também o
1293 secretário Cândido precisará se ausentar. **Luciane Ituassú** pergunta: “A votação
1294 foi válida? Vocês vão refazer? **André Durand diz:** “Secretário Kaká, a votação
1295 não foi bem compreendida. A questão de ruídos não deu e eu gostaria que
1296 repetisse a votação” **Luciane Ituassú:** Quer que eu leia? **André Durand:** Eu
1297 gostaria. **Luciane Ituassú:** A votação é pela exclusão do critério e a sua
1298 adaptação. Vocês querem que eu leio texto? A exclusão do critério: trajetória
1299 artística e cultural do agente cultural será considerado para fins de análise a
1300 trajetória do agente cultural com base no currículo e comprovações enviadas
1301 juntamente com o projeto. Para se tornar o critério adaptado: Experiência do
1302 proponente em pesquisas na área cultural. Será considerado para fins de análise
1303 A experiência do agente cultural em pesquisas com base no currículo e
1304 comprovações juntamente com o projeto. Como é que eu vou explicar? É porque
1305 aí, ele passa, é mais completo, porque ele direciona para a pesquisa, que é a
1306 finalidade do edital. **André Durand:** E como é que ficaria a situação do notório
1307 saber aí, nesse sentido, se a senhora puder esclarecer o cadastro Estadual de
1308 Cultura, seria uma pontuação? **Luciane Ituassú:** Na verdade, estar no cadastro,
1309 possibilita acessar o edital por si só já é o privilégio que o cadastro dá, vou dizer,
1310 vou chamar assim. Em nenhum outro edital eu verifiquei que nós fizemos
1311 pontuação extra para quem está no cadastro. **Dr. Sérgio Cruz:** O que ele está
1312 querendo saber é o seguinte, na forma em que está o texto aí, o notório saber
1313 não tem como comprovar se o material que ele apresentou no cadastro estadual
1314 de cultura poderia ser levado em conta como ponto, alguma coisa assim, para
1315 valoração nessa condição. **Kaká Bonates:** Notório saber ou emérito saber é um
1316 título que a universidade dá. A pessoa pode ter um conhecimento, ser autodidata
1317 e pode até se colocar eu tenho emérito saber, mas isso não tem valor.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

(Inaudível). Mestre dos saberes é mestre dos saberes, isso que eu quero dizer, você está entendendo? **Luciane Ituassú:** Os proponentes nesse edital, eles precisam ser graduados. **Kaká Bonates:** É isso que eu quero dizer, só para esclarecer, existem níveis de profundidade no objeto que você estuda, se você vai fazer uma tese obrigatoriamente na sua tese, vai ter que ter algo de inédito. Agora, por exemplo, se você está fazendo TCC, não é obrigado ter algo inédito, então isso não impede em momento nenhum de qualquer pessoa, entrar nesse edital, agora, desde que ela coloque, aí, que vai ter que detalhar os níveis de profundidade da matéria que você vai estudar lá, por exemplo, o cara não vai ter tempo de fazer uma tese. Então o curto espaço de tempo ele pode fazer um artigo. **Luciane Ituassú:** Eu posso fazer uma proposição? **Alvaro Monteiro:** Vamos ouvir a proposição da doutora. **André Durand:** conselheiro Vanderley, eu queria pedir permissão do senhor para que ela argumente, e aí a gente vai pedir a suspensão dessa pauta em razão do que ela vai comentar, senão, a gente dá continuidade. **Luciane Ituassú:** Considerando que nem todos tiveram a oportunidade de tomar conhecimento da minuta e considerando que vocês já iniciaram votações sobre itens deste edital, eu sugiro que a gente apresente para vocês a minuta novamente, já com a inclusão dessas votações que já foram realizadas. Porque até aqui estava tudo bem, e aí, vocês olham essa minuta e a partir daí vocês deliberam se há necessidade de fazer alguma intervenção, se a necessidade de fazer uma nova escuta com a sociedade, porque é assim, quando a gente fala da sociedade civil, a gente não está buscando afrontá-los. Nós sabemos da competência do conselho, nós sabemos que a deliberação é do pleno e isso é indiscutível. Não tem o que a gente discutir sobre isso, mas é importante também lembrar que, assim como vocês foram eleitos, vocês são representantes de uma sociedade civil. Então, nada mais justo que essa sociedade civil ela seja ouvida de alguma forma. Por isso que às vezes a gente relembra, olha, foi votado pela sociedade civil, então, já que vocês não tiveram essa oportunidade de ter esse conhecimento completo da minuta, a gente manda para vocês e aí, vocês avaliam como vocês vão querer discutir isso com a sociedade. Se vocês deliberam e já ratificam o que vai ser decidido ou se vocês abrem uma nova escuta para chamar essa sociedade para conversar com vocês, pode ser assim? É interessante para vocês essa proposição? **Dr. Sérgio Cruz:** Olha, o que eu queria sugerir aqui, seria o seguinte: pula esse item, ele fica como está. Quando for apresentado a minuta final com o restante das propostas, que vai ser provavelmente em uma próxima extraordinária, vai ser apresentado como ficou o resultado final dessas votações agora, e aí se discute esse ponto específico, porque os conselheiros vão ter já lido novamente, tentado entender ali analisado, verificado uma alternativa para a situação que eles estão aqui, questionando. Quando for apresentada a minuta final, eles fazem a nova intervenção, senão, a gente vai ficar muito tempo aqui.” **Luciane Ituassú:** Eu gostaria só que o senhor botasse em votação que a gente mantenha todas as votações dos demais editais e que a gente suspenda a votação específica do Edital de Pesquisa em Cultura e Patrimônio. **André Durand:** Nós vamos seguir



a sua fala para esse último item, o restante permanece. A gente não vai aceitar uma escuta novamente, o que a gente aprovou, aprovou, só travou aí. A senhora vai mandar minuta com tudo o que já foi aprovado, fica melhor. Tudo bem, doutora? Em regime de votação. Os que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** Não entrou em votação esse item aí, ela vai apresentar para a gente toda a minuta, já com o que foi aprovado e essa que a gente vai ler e compreender para ver como é que vai ficar. tudo bem? Vai ser retirado de pauta só esse item. **Vanderley Pinheiro:** Eu quero deixar bem claro que a voz da sociedade civil é esse conselho e essas pessoas que estão aí são pessoas legítima e eleita. **Dudson Carvalho:** Pode ser votado apenas esse item em uma extraordinária online, assim que chegar a isso tudo para a gente não ter que estar. **Luciane Ituassú:** Vou só repetir porque o senhor acabou entrando depois. Porque eu fiz a proposição? como infelizmente, nem todos os conselheiros puderam tomar conhecimento da minuta na sua totalidade, a gente vai fazer o envio novamente dessa minuta, já com as decisões e aí, vocês vão tomar Posse desse documento, fazer a leitura completa e aí, vocês vão deliberar se há a necessidade de uma votação de imediato ou se vocês vão precisar chamar essa sociedade para conversar especificamente sobre esse edital. Tá bom? **Dudson Carvalho:** Fechou. **Luciane Ituassú:** Por aqui, encerramos, aqui no nosso.” **André Durand:** Foi voto vencido. O que que eu vou propor agora para vocês? O item 5. **As denúncias da LPG,** nós vamos precisar convocar uma extraordinária somente com os titulares das cadeiras, uma administrativa somente com os conselheiros, porque tem aquela situação, é de a gente avaliar, tudo como foi desde o começo, manter sem citar nomes. Essa reunião vai ser somente conosco, então essa pauta aqui, vai para uma reunião administrativa, né, doutora? Tudo bem? Os que concordam, permaneçam como estão. **Aprovado.** Aí a gente volta agora só para votar a data da visita. Conselheiro Elson, sobre a data da visita, qual é a data que o senhor sugere? **Elson Rocha:** Dia 27”. **Luciane Ituassú:** Vocês podem sugerir outra data. **André Durand:** Não, eu gostaria que vocês nos sugerissem uma nova data, porque devido a atuação da AADC e a prefeitura, não pode ter um Carnaval entre o dia 28, dia 3 de março, então todas as escolas de samba estão focadas. Então, assim, a maioria desse colegiado estão inseridos nesses lugares. Então, se for marcado para essa data, a gente não vai estar presente. Então a gente gostaria que a ASPC sugerisse uma nova data que a gente pudesse estar presente. **Presidente:** Quero agradecer a presença aqui de todos e agradecer pelo carinho que a gente está no trabalho aí a frente da Secretaria de cultura. A gente está no alinhamento. Eu tomei ciência agora que vocês estão colocando aqui sobre a casa da cultura. Ela está sendo cedida nesse momento, então a gente precisa avaliar se realmente ela vai ser um espaço. Ela é ali do lado do teatro, da instalação. Então, a UEA está interessada lá do espaço e a gente estava num procedimento de ceder para eles, e aí, caso vocês venham a ter essa ciência, a gente tem que dar essa negativa lá para eles. Eu não sei se existia dentro do alinhamento de vocês, outras propostas de outros espaços também. E aí, quem sabe levar em

1406 consideração essas outras propostas também que vocês tiverem. O ideal clube
1407 é um contrato que nós temos com a AADC em comodato. A gente não paga
1408 nenhum aluguel, então está tranquilo. O Teatro escola é um Teatro se eu não
1409 me engano, o parque Jefferson Peres, que era um Teatro, o espaço nosso físico,
1410 sem problema algum também, mas o da Casa da Cultura tem esse alinhamento
1411 aí com eles que a gente precisa dar uma devolutiva, tem uma reunião amanhã
1412 com ele sobre isso, tá bom? Aí eu não sei se vocês tem outra proposta de outro
1413 espaço dentro do patrimônio público, de melhorias, aí. Uma sugestão, a SEAD
1414 é o nosso órgão dentro do estado que tem que tomar conta de Patrimônio,
1415 Espaços culturais, enfim, não só cultural. E lá, a gente pode estar verificando
1416 uma listagem de possíveis locais, terrenos, os espaços que tiverem, as escolas
1417 que estão abandonadas. Enfim, estou jogando aqui para caso vocês acharam
1418 interessante. E aí a gente vê aonde que ela está localizada e tal, se é
1419 interessante fazer, porque aí eles têm diversas zonas da cidade também, não só
1420 na zona central, mas zona norte, zona leste, que é uma oportunidade de quem
1421 sabe fazer essa reforma, essa manutenção lá e a gente pegar esse espaço para
1422 a Secretaria de cultura para fazer essa manutenção lá, tá bom? **André Durand:**
1423 Enquanto a senhor está aqui presente, eu não sei se foi o conselheiro Mencius
1424 que fez a proposição da moção de aplausos para o para o secretário Cândido.
1425 Nós vamos adentrar com uma moção de aplausos para a vossa Senhoria. Muito
1426 obrigado por tudo. E agora nós vamos apresentar a proposta, vocês vão ver uma
1427 nova data para nós, tudo bem? **Luciane Ituassú:** Conversando com a diretora
1428 do DPH hoje, ela sugeriu que eu passasse para 20 e 21 e 27, aí vocês estão me
1429 falando que a data do 27 fica ruim, mas 20 e 21 pode manter? **André Durand:**
1430 20, 21 mantém.” **Luciane Ituassú:** Aí a gente poderia é passar para é porque
1431 dia 3 ainda seria segunda-feira de Carnaval, aí seria 6 e 7, no dia 7 tem a
1432 ordinária de vocês. **André Durand:** Concordo com o dia 10 de Março. **Luciane**
1433 **Ituassú:** Então, por enquanto a gente alinha dia 20, dia 21 de fevereiro e dia 10
1434 de março. O senhor, pode botar em votação, por favor. **Thiago Hermido:** Como
1435 a gente já tem esses 2 prédios certos, a gente já faz 20, 21 nos 2 que já estão
1436 certos. E como a gente tem esse tempo para fazer uma terceira visita, a gente
1437 faz essa pesquisa desse novo espaço que o secretário sugeriu. A gente pode
1438 fazer essa pesquisa e no dia 10 fazer a visita nesse terceiro espaço. **André**
1439 **Durand:** Pois é, o que o secretário Cândido apresentou, a SEAD vai mostrar
1440 uma relação e a gente vai sondar.” **Luciane Ituassú:** Então, seria dia 20 de
1441 fevereiro o teatro escola, dia 21 de fevereiro o Ideal Clube e o dia 10 de março
1442 vocês iriam verificar o novo espaço. **André Durand:** O novo espaço, na fala do
1443 secretário Cândido, vai sondar com a SEAD. **Luciane Ituassú:** Então,
1444 considerando que vocês vão verificar o novo espaço, na reunião que ele vai ter
1445 com a UEA ele já pode dispor o espaço da casa da cultura? Todos entenderam
1446 isso? **André Durand:** Com certeza. Em regime de votação. Os que aprovam
1447 permaneçam como estão. **Aprovado. O presidente** passa aos **ASSUNTOS**
1448 **GERAIS** e abre voz ao plenário e demais presentes para quem quiser se
1449 manifestar no prazo de até 2 minutos sobre temas e assuntos sem caráter

1450 deliberativo. Aberto as inscrições. **Vanderley Pinheiro:** Em relação às
1451 denúncias, só vai ser uma pessoa da cadeia que está envolvida na denúncia?
1452 Como é que vai ficar a situação? **Luciane Ituassú:** Vai ser em uma reunião
1453 administrativa para não ter o link aberto, devido aos dados sensíveis. **Vanderley**
1454 **Pinheiro:** E o deferimento? Vai ser só um conselheiro que vai deferir? **Luciane**
1455 **Ituassú** responde: Eu não sei como vocês acordaram isso com a doutora Anne
1456 porque eu não estava na última reunião que vocês verificaram sobre isso. Mas
1457 se for pela metodologia do Audiovisual, eles fizeram relatórios e iria ser
1458 apresentado para vocês, para saber se vocês seguem esse relatório ou tem voto
1459 divergente, a doutora Anne está online, ela vai lhe explicar, conselheiro. **André**
1460 **Durand:** O doutor Sérgio sugeriu que nós convocássemos uma administrativa
1461 com a presença de todos os titulares para todos os titulares participarem dessa
1462 apresentação.” **Anne Paiva:** A gente está falando das denúncias. Como é que
1463 funcionaram as denúncias Da última vez, vocês lembram? A gente fez uma
1464 administrativa, vocês todos já tinham recebido previamente as denúncias. Eu
1465 acredito que vocês já receberam no e-mail também 3 da LPG, 3 da PNAB para
1466 vocês analisarem e votarem no dia. Certo? Todos estão lembrando? todos
1467 receberão no e-mail? Focando, vocês não podem divulgar os dados nem as
1468 informações lá dentro das denúncias, porque são informações sensíveis das
1469 pessoas que estão sendo denunciadas é por isso, obrigada. **Luciane Ituassú:**
1470 Vou só repetir, porque o áudio ficou um pouco ruim, mas o lembrete que a
1471 doutora Ana está fazendo é sobre a não permissão da divulgação dos dados que
1472 vocês recebem por e-mail dessas denúncias para a gente não ter problemas
1473 jurídicos futuramente. Conselheiro Vanderley, pela explicação da doutora Anne,
1474 a gente entende que não mudou não a tratativa da denúncia, então, da mesma
1475 forma que foi feito da última vez na última reunião administrativa, vai ser
1476 realizado agora. Vocês vão receber, já receberam por e-mail, e aí vocês vão de
1477 deliberar numa reunião administrativa. **André Durand:** Só para deixar a
1478 esclarecer daqui que eu acertei com o secretário Caio. Na visita de Iranduba nós
1479 queremos convocar o conselheiro Dudson, a conselheira Jordânia, porque foi a
1480 articuladora, o conselheiro Elson que representa também o Estado e a União, o
1481 secretário Pedro e a conselheira Lucimar por ser nacional também que será
1482 convocada e a gente sugere também a presença de um ADM nessa visita de
1483 Iranduba para questão de registro, de catalogação dessa visita.” **Luciane**
1484 **Ituassú:** O senhor falou Dudson, Jordânia, Elson, Pedro, Lucimar. **Presidente:**
1485 Mais alguém deseja se pronunciar? **Luciane Ituassú:** A gente vai articular com
1486 o escritório que tem a competência legal, para reforçar essa ida e essa
1487 orientação lá no município. Assim, sem mais manifestações ou assuntos a serem
1488 tratados em plenário, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta
1489 11ª Sessão Extraordinária. Solicito, ainda, que seja providenciada a ata e
1490 encaminhada a minuta aos membros para leitura, a qual será aprovada no
1491 expediente das próximas reuniões e, posteriormente, enviada para arquivamento
1492 na Secretaria -Geral do CONEC, visando o registro nos arquivos do Conselho.

CÂNDIDO JEREMIAS CUMARÚ NETO

Presidente – 11ª Reunião Extraordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA

Secretário Geral

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Elson da Silva Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
2. Menciús Benavraham Melo Figueiredo Titular representante da cadeira de Música;
3. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
4. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
5. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
6. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
7. Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM;

DE FORMA REMOTA:

8. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
9. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena;
10. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
11. Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;
12. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Educação – SEDUC;
13. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;
14. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM;
15. Ana Lígia Pimentel – Titular em exercício representante da cadeira de Audiovisual;

CONVIDADOS:

16. Iomar Brandão da Silva;
17. Jady Castro – Suplente representante da cadeira de Dança;
18. Luiz Carlos Bonates;
19. Marly Nogueira – Suplente representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
20. Nivaldo Mota – Suplente representante da cadeira de Circo;

AUSÊNCIA JUSTIFICADA:

21. Pedro Henrique Secatti Cacheado – Titular representante da cadeira de Audiovisual;

ELABORAÇÃO DA ATA:

22. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

23. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;

24. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

25. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;

26. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC;

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

27. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;

28. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;

29. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

30. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.